

Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável



Autores

• Elma Dias Ruas

■ Pedagoga. Ms. Administração Rural.
Gerente da Assessoria de Desenvolvimento de
Pessoas.
EMATER-MG. Belo Horizonte, MG.

• Isabel Maria de Moraes Brandão

■ Assistente Social. Coordenadora Técnica
Estadual de Organização e Metodologia.
Departamento Técnico.
EMATER-MG. Belo Horizonte – MG.

• Maria Auxiliadora Tavares Carvalho

■ Pedagoga. Ms. Extensão Rural. Coordenadora
Técnica Regional de Bem-Estar-social.
Unidade Regional de Governador Valadares.
EMATER-MG. Governador Valadares, MG.

• Maria Helena Pinheiro Soares

■ Engenheira Agrônoma. Coordenadora Técnica
Estadual de Planejamento.
Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento
Empresarial.
EMATER-MG. Belo Horizonte MG.

• Rodrigo Ferreira Matias

■ Técnico Agrícola. Extensionista Agropecuário.
Escritório de Limeira do Oeste.
EMATER-MG. Limeira do Oeste, MG.

• Ronald Cezar Gava

■ Engenheiro Florestal. Ms. Extensão Rural.
Coordenador Técnico Estadual de Organização
e Metodologia. Departamento Técnico.
EMATER-MG. Belo Horizonte, MG.

• Willy Gustavo de La Piedra Mesones

■ Engenheiro Agrônomo. Ms. Fitotecnia.
Coordenador Técnico Regional de Culturas.
Unidade Regional de Uberaba.
EMATER-MG. Uberaba, MG.

COLABORADORES:

• Antônio Carlos Fernandes Quaresma

■ Engenheiro Agrônomo.
Gerente da Unidade Regional de Uberaba.
EMATER-MG. Uberaba, MG.

• Faustina Maria de Oliveira

■ Economista Doméstica.
Coordenadora Técnica Estadual de Bem-Estar-
Social. Departamento Técnico.
EMATER-MG. Belo Horizonte, MG.

• Lázara Alves Resende

■ Pedagoga – Ms. Extensão Rural.
Coordenadora Técnica Estadual – Centro de
Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável.
Departamento Técnico.
EMATER-MG. Belo Horizonte, MG.

• Luiz Antônio Borges

■ Engenheiro Agrônomo.
Escritório de Água Boa.
EMATER-MG. Água Boa, MG.

CONSULTORIA TÉCNICA

• Maria Isabel Antunes Rocha

■ Psicóloga. PhD. Educação. Professora.
Faculdade de Educação. UFMG.
Belo Horizonte, MG.

COORDENAÇÃO EDITORIAL

• Ronald Cezar Gava

1 Apresentação

É com imensa satisfação que a EMATER-MG apresenta e disponibiliza àqueles que partilham da aspiração de revitalização do rural brasileiro a publicação “METODOLOGIA PARTICIPATIVA DE EXTENSÃO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”.

Esta publicação reflete o esforço da EMATER-MG em responder à grande demanda dos profissionais da extensão rural por uma metodologia capaz de atender aos desafios do desenvolvimento sustentável em suas múltiplas dimensões. Tem como propósito qualificar a ação extensionista em sintonia com os interesses da sociedade mineira, em especial dos agricultores e agricultoras familiares e suas formas organizativas.

Constitui, portanto, um instrumento de trabalho para extensionistas, agricultores familiares e profissionais que atuam direta ou indiretamente com organizações sociais. As abordagens teóricas e metodológicas aqui apresentadas visam contribuir para a formulação e implementação de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, valorizando a participação e a autonomia dos atores sociais.

É importante destacar que, ao apresentar uma proposta metodológica assentada nos princípios da metodologia participativa e do desenvolvimento sustentável, o extensionismo mineiro, mais uma vez, de forma inovadora, busca contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar e do Sistema de Extensão Rural Pública.

2 Introdução

A EMATER-MG tem vivenciado, em sua trajetória, os mais diferentes momentos da história do desenvolvimento de Minas Gerais e do Brasil, sempre sintonizada com as mudanças ocorridas na sociedade. Nesse contexto, vem participando decisivamente do processo de planejamento, execução e avaliação de políticas públicas relacionadas aos sujeitos e ao trabalho desenvolvido no espaço da agricultura familiar.

Ciente desse papel e demonstrando seu pioneirismo e capacidade de atuação como organização pública, assume o compromisso de refletir sobre a ação extensionista em função dos desafios políticos, sociais, culturais e econômicos que a Agricultura Familiar traz para o Estado Brasileiro.

Para tanto, a EMATER-MG constituiu em 2004 uma equipe composta de profissionais de diferentes áreas de conhecimento, ocupando funções diversificadas e atuando em diferentes regiões do Estado de Minas Gerais. Esse grupo assumiu o compromisso de refletir sobre o processo metodológico da ação extensionista e propor a sua reelaboração frente à nova realidade.

A equipe iniciou suas atividades a partir da análise da realidade atual,

sistematizando a experiência da EMATER-MG e refletindo sobre os desafios contemporâneos e as oportunidades para a intervenção extensionista. Para compreender o contexto atual, foi necessário recuperar o passado, resgatando os princípios da ação extensionista ao longo de sua história na perspectiva da reconstrução de processos metodológicos capazes de responder às demandas atuais.

Nesse exercício de interpretação e proposição de ações foram agregadas contribuições teóricas para fundamentar e reelaborar a sua prática educativa, possibilitando a “afinação” dos instrumentos de intervenção relativos à prática pedagógica do extensionista.

A metodologia da extensão rural foi, então, reelaborada a partir de uma concepção educativa, que considera extensionistas e agricultores protagonistas de uma ação transformadora, na qual os extensionistas assumem o papel de mediadores do processo de mudança, e as agricultoras e agricultores familiares o de sujeitos do seu próprio desenvolvimento. Nesse processo, a equipe construiu a “METODOLOGIA PARTICIPATIVA DE EXTENSÃO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - MEXPAR”, como referência teórica, metodológica e técnica da ação extensionista.

Essa metodologia tem como principal objetivo propiciar aos extensionistas a vivência de um processo metodológico, fundamentado nos princípios da participação, da dialogicidade e troca de saberes, do planejamento participativo e da gestão social, capaz de orientar a sua prática junto aos agricultores familiares e outros atores sociais na implementação de estratégias de desenvolvimento rural sustentável.

Esse documento apresenta em formato didático a Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável - MEXPAR, estruturado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, Resgate Histórico, foi elaborada uma breve retrospectiva da extensão rural mineira com o intuito de compreender a ação extensionista e as opções metodológicas adotadas em cada momento histórico.

O segundo capítulo destaca os Desafios Atuais que remetem à compreensão dos novos sujeitos, dos movimentos sociais, das novas tecnologias, que exigem da extensão rural novos olhares e, por consequência, a adoção de práticas educativas compatíveis com as atuais demandas da sociedade.

No terceiro capítulo, que trata do Referencial Teórico, buscou-se a contribuição de estudiosos das relações educativas estabelecidas no processo de produção do conhecimento, agregando os princípios teóricos do processo de produção do conhecimento apresentados por Jean Piaget, a concepção de educação popular elaborada por Paulo Freire e a didática do aprender a aprender defendida por Pedro Demo.

O quarto capítulo trata do delineamento da MEXPAR, aplicada ao processo participativo de planejamento e gestão social, a qual foi sistematizada na forma de momentos e passos.

No último capítulo, são apresentadas algumas Técnicas a serem utilizadas como ferramentas para a aplicação da MEXPAR na prática pedagógica da ação extensionista.

3 Resgate Histórico

Voltando o olhar sobre a história da extensão rural no Brasil, é possível organizar as idéias e apreender alguns conceitos essenciais que permearam o passado e são determinantes para compreender as transformações que vêm ocorrendo nessa trajetória.

O caminho aqui proposto para essa reflexão foi o de buscar, nos diferentes momentos da História, os elementos que influenciaram o processo de intervenção extensionista e compreender as opções metodológicas em cada contexto.

Essa revisitação nos possibilitou constatar que o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER vem passando por profundas transformações em suas práticas e sua cultura, no enfrentamento dos desafios contemporâneos.

Foram delineados quatro períodos classificados a partir do modelo de desenvolvimento rural proposto:

Do tradicional ao moderno – (1948/1963) “a técnica da demonstração”

A partir do final da 2ª Guerra Mundial, os Estados Unidos retomaram seu modelo de crescimento econômico capitalista, pautado na expansão de mercados e sustentado pelo aumento das exportações de produtos para países em desenvolvimento. Como reflexo, o Brasil orientou sua economia para o aumento da produção e produtividade agrícolas.

Este modelo estimulou a aceleração do processo de modernização da agricultura e urbanização brasileira, propiciando a expansão das atividades agroindustriais, exigentes em inovações tecnológicas e utilização de insumos e bens produzidos pela indústria. Trata-se de um período marcado por crescente processo de exclusão social e êxodo rural, provocando acentuado fluxo migratório para as metrópoles e cidades mais industrializadas, principalmente nas Regiões Sul e Sudeste.

Neste cenário, é criada, em 1948, no Estado de Minas Gerais, a ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural, instituição pioneira em Assistência Técnica e Extensão Rural no país. O instrumento principal de intervenção, nessa fase inicial, foi o crédito rural supervisionado, onde a família do produtor e técnicos decidiam, conjuntamente, em que atividades aplicar os recursos financeiros, bem como os aspectos relacionados à gestão desses recursos, ficando a supervisão e assistência técnica a cargo dos extensionistas. O crédito rural, em geral, era direcionado à tecnificação da produção, assim como a reformas habitacionais e aquisição de máquinas e equipamentos de uso doméstico. No plano de Administração da Propriedade e do Lar eram priorizadas obras de saneamento – fossa seca –, alimentação – hortas e pomares domésticos – e vestuário.

Até 1952, a ação extensionista era essencialmente creditícia. A partir desse período, após a 1ª avaliação dos serviços da ACAR, houve uma reorientação do pensamento no sentido de que a extensão deveria ser considerada como um processo educativo, capaz de provocar mudanças de atitudes, conhecimentos e habilidades dos produtores e que o crédito rural deveria ser um instrumento para aplicação das orientações técnicas.

A ação extensionista nesse período privilegiou o uso da demonstração técnica e da demonstração de resultados, influenciada pelas teorias do americano Seaman^a Knapp. Na perspectiva de fomentar inovações relacionadas à administração do lar e da propriedade, foram adotados recursos audiovisuais considerados inovadores para a época, tais como projetor de slides e álbum seriado. As visitas domiciliares e reuniões de grupo eram as formas mais usuais da relação extensionista/agricultor.

Inicia-se nesse período o trabalho com a juventude rural – moças e rapazes com idade entre 10 e 18 anos, especialmente através da criação dos Clubes 4S (saber, sentir, saúde e servir), um modelo baseado no padrão dos Clubes 4H dos Estados Unidos. O objetivo principal era formar futuros agricultores numa visão favorável às mudanças tecnológicas, além de desenvolver a formação cívica e influenciar, através dos jovens, adoção de inovações tecnológicas pelos adultos.

Nessa época, 70% da população brasileira vivia no campo. Tinham um modo de vida fundamentado em princípios morais, valores, tradições e religiosidade próprios, totalmente diferente da cultura americana, o que dificultava a adoção das inovações propostas pelo modelo de desenvolvimento americano – que pautava na necessária transição da sociedade tradicional para a moderna.

Modernização do campo (1964/1979) “ o difusionismo”

Esse período traz significativas mudanças na orientação do crédito rural, que deixa de ser supervisionado e passa a ser orientado. Na prática, essa mudança expressa a nova lógica do modelo de desenvolvimento. A política de investimento na unidade familiar é deixada de lado e o crédito rural é direcionado para a modernização da agricultura. Ganha relevância nessa época a expansão das áreas de produção, privilegiando os grandes projetos e monoculturas.

Com o estímulo ao aumento da produção e produtividade ancorada nos princípios da economia de escala, houve uso intensivo e indiscriminado de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, o que resultou na exclusão dos pequenos produtores, além de provocar grandes impactos sociais, culturais e forte desequilíbrio no meio ambiente.

O processo de urbanização, associado à inviabilidade econômica dos pequenos produtores que permaneceram no campo, desencadeou a intensificação do êxodo rural. E a população rural que migrou para a cidade foi absorvida como mão-de-obra para atender às necessidades do desenvolvimento industrial. Outras conseqüências negativas decorrentes do modelo de desenvolvimento econômico adotado foram a ausência de uma política pública de educação para o campo, com qualidade e adequada às especificidades do rural, além do aumento da concentração de renda e da estrutura fundiária em favor de grandes produtores, alterando o perfil rural em comparação com o período anterior.

No contexto das políticas públicas, mereceu destaque, ainda no início dos anos 60, a criação do movimento de educação de base (MEB), orientado pela Igreja e posteriormente encampado pelo Estado, que tinha por objetivo promover a educação por meio da organização comunitária.

Em meados da Década de 1970, o serviço de extensão rural passa por expressivas mudanças. A ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), criada na Década de 1950 para coordenar o serviço de extensão rural no País, dá lugar à EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural). Com isso, em 1975, a ACAR-MG é transformada em empresa estatal – EMATER-MG.

A prática educativa adotada pela extensão rural privilegiou a assistência técnica vinculada a programas “especiais” de modernização da agricultura. O perfil do profissional de extensão, nesse período, passa a ser o de especialista responsável pela difusão de pacotes tecnológicos gerados pela pesquisa e de implementação de programas especiais – PROVÁRZEAS (Irrigação), CONDEPE (Pecuária de corte), PDPL (Pecuária de leite), POLOCENTRO (Expansão de fronteiras agrícolas). Além dos impactos ambientais negativos, essa orientação extensionista influenciou a desvalorização do trabalho social em detrimento do econômico. A extensão rural nesse período era fundamentada no modelo de difusão de inovações idealizado pelos estudiosos americanos David Berlo e Everett Rogers.

Esse modelo constituía-se num aperfeiçoamento do modelo clássico da teoria da informação (fonte>mensagem>canal>receptor). Objetivava obter do receptor, nesse caso o agricultor, “condutas desejáveis”, a partir de ações propostas pelo extensionista e implementadas por meio de técnicas de estímulos que favoreciam a obtenção de respostas e comportamentos desejados, induzindo, persuadindo e condicionando os receptores aos interesses e objetivos concebidos pelo agente de difusão, aqui visto como a fonte. Assim, sob a justificativa da modernização da agricultura brasileira, extensionistas e agricultores estabeleceram, nesta época, uma relação onde o primeiro reproduzia as definições institucionais e o segundo responsabilizava-se por adotar ou não as inovações tecnológicas preconizadas.

A profissionalização do campo (1980/1989) “ a organização comunitária X especialização tecnológica”

Nesse período, foram mantidos os programas especiais implementados no fim da década de 1970 e concebidos programas sob outra ótica. No tecido social brasileiro permeavam crises, recessão econômica, desemprego, lutas por melhores salários e reivindicações dos produtores por melhores preços. Nesse contexto é que foi elaborado o 3º Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, numa tentativa de proposição de uma política mais ampla, conciliando projetos econômicos e sociais.

Nas áreas rurais, a população começou a se organizar para debater e propor ações para problemas importantes, como a reforma agrária e a crise sócio-ambiental da agricultura brasileira. Os movimentos sociais e as organizações de pequenos produtores e trabalhadores rurais, como a CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), ganharam força e expressão com a participação dos agricultores, trabalhadores rurais e outros segmentos sociais.

Inicia-se no País, em meados da Década de 80, um processo de redemocratização, que culminou com a promulgação, em 1988, da Constituição Federal, e, posteriormente, a elaboração das Constituições Estaduais e das Leis Orgânicas Municipais, consolidando o processo de descentralização administrativa no Brasil. Dentre outras conquistas, vale destacar, na Constituição Nacional, o dever da União em manter o serviço de assistência técnica e extensão rural pública e gratuito destinado aos pequenos produtores e assentados da reforma agrária, compromisso assegurado também na Constituição de Minas.

Em sintonia com essas mudanças no cenário nacional, na Década de 1980, a EMBRATER, no papel de coordenadora dos serviços de extensão rural, apresenta às EMATERs estaduais, em meados dessa Década, uma nova metodologia, na qual o extensionista assume o papel de mediador dos interesses do Estado e da pequena

produção, trabalhando com os pequenos produtores a partir do diálogo e tendo como horizonte a noção de que o saber popular e o saber acadêmico são complementares.

Para isso, promoveu cursos, envolvendo extensionistas de todos os estados da federação, capacitando-os em conteúdos sociais e análises estruturais da economia e da política. Apesar dos investimentos iniciais, inserindo esses conteúdos nos programas de cursos de “Pré-Serviço” daquela época, houve uma descontinuidade devida, principalmente, a mudanças políticas no cenário nacional que provocaram desdobramentos na direção institucional da EMBRATER e das EMATERs.

Na EMATER-MG, o resgate da orientação metodológica se deu com um movimento interno de discussão sobre o significado da participação e da organização da pequena produção no processo de desenvolvimento das comunidades. Esse movimento resultou na elaboração de uma nova proposta metodológica que assegurava a participação efetiva dos pequenos produtores. Resultou desse processo a definição, em 1988, de uma política institucional orientadora da ação extensionista, a qual foi expressa no documento: Políticas e Diretrizes da EMATER-MG no Trabalho com os Pequenos Produtores.

Ainda em 1988, foi constituído na EMATER-MG, o Núcleo de Organização e Metodologia, composto por uma equipe multidisciplinar, com o compromisso de estabelecer diretrizes para o trabalho da empresa com os pequenos produtores a partir da metodologia participativa.

Experiências desenvolvidas junto a pequenos produtores e suas organizações em diferentes regiões do estado, aplicando os princípios da pesquisa-ação, foram a base para a sistematização da metodologia participativa de extensão rural através do documento “Organização dos Pequenos Produtores: Diretrizes de Trabalho na EMATERMG”. Tendo como referência a definição metodológica da empresa, foram realizadas em todo o estado oficinas envolvendo extensionistas locais, coordenadores técnicos e gerentes, para a discussão da metodologia e construção de estratégias de trabalho com os pequenos produtores.

Urbanização do espaço rural (1990/2005) “ a metodologia participativa”

Esse período se caracteriza, principalmente, pela maior aproximação da sociedade civil com o poder público. Inicia-se o processo de consolidação dos Conselhos de Gestão, incorporando novas institucionalidades e criando espaços públicos de discussão, formulação, implementação e gestão de políticas públicas. Ganham destaque os movimentos sociais que ampliam sua atuação política e se fortalecem na luta contra as desigualdades sociais.

A Lei Agrícola de 1991 reforça os direitos dos pequenos agricultores à assistência técnica e extensão rural, de forma gratuita.

Em 1994, o manifesto “Grito da Terra” marca de forma significativa e continuada a participação efetiva dos movimentos sociais e das organizações de trabalhadores e agricultores familiares na discussão e definição de políticas públicas para o setor rural.

Analisando o contexto geral desse último período, mencionam-se alguns fatos que interferiram de forma significativa no modelo de extensão rural brasileiro. Sob a orientação neoliberal baseada na teoria do Estado Mínimo, foi extinta, em 1990, a EMBRATER. Essa decisão teve como consequência o desmantelamento do Sistema Nacional de ATER (SIBRATER). Sem recursos federais para a manutenção dos serviços, e sem a orientação nacional, coube a cada estado encontrar alternativas de sobrevivência e qualificar a ação

extensionista. As estratégias foram as mais diversas, incluindo processos de fusão das instituições de pesquisa e extensão, renegociação dos convênios com as prefeituras municipais ampliando a participação financeira dos municípios, redução do quadro de pessoal nas empresas, e, em alguns casos, a extinção de EMATERs nos estados.

As instituições que permaneceram, após essa reestruturação, são pressionadas pelos movimentos sociais e as organizações dos trabalhadores rurais e agricultores familiares a cumprir os direitos constitucionais já assegurados aos agricultores familiares, que exigem a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural de forma gratuita, de qualidade e coerente com as estratégias de desenvolvimento do País. Isso contribuiu para o estabelecimento de novas relações entre a sociedade civil organizada e o Estado e a legitimação da metodologia participativa junto aos agricultores e agricultoras familiares e suas formas organizativas.

Velhos e conhecidos problemas continuam a existir no meio rural. O êxodo, a concentração de renda e terra, a precariedade da infra-estrutura básica e de produção, continuam a comprometer a estabilidade da agricultura familiar. Entretanto, conquistas importantes foram alcançadas a partir de mobilizações das organizações de agricultores familiares, merecendo destaque a formulação de uma política pública voltada para o atendimento das necessidades da agricultura familiar, o PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar.

O PRONAF representa o resultado do esforço efetivo de construção de uma política de inclusão social da agricultura familiar, contemplando as categorias dos agricultores e agricultoras familiares, trabalhadores e trabalhadoras rurais, posseiros, parceiros, arrendatários e assentados da reforma agrária. A organização dos agricultores familiares em Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, bem como sua representatividade nas entidades de classe, e sindical vem-se consolidando como forma de afirmação política da categoria.

Destaca-se nesse período a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além dos Conselhos Federal, Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, que constituem espaços de participação e gestão social que garantem a oportunidade de negociação e inserção das demandas da agricultura familiar no orçamento público da União, dos estados e municípios.

Em 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria de Agricultura Familiar, sistematiza as reivindicações da agricultura familiar e profissionais da extensão rural pública apresentadas em seminários estaduais e nacionais, elaborando a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER. Essa política define a missão dos serviços de ATER pública, o público beneficiário, a metodologia para a ação extensionista junto aos agricultores e agricultoras familiares e um novo paradigma tecnológico de produção assentado nos princípios científicos da Agroecologia.

A metodologia participativa definida na Política Nacional de ATER privilegia os processos participativos de promoção do desenvolvimento rural apoiados em conceitos como desenvolvimento sustentável, agroecologia, equidade social, participação, educação popular, empoderamento, gênero, geração e etnia.

Conforme verificamos nesse breve resgate histórico, o contexto em que a EMATER-MG esteve inserida, quer seja o do campo, o das políticas públicas, o do cenário macroeconômico e político, quer seja da sua própria estrutura, influenciou diretamente as definições da empresa, em termos de público prioritário, políticas e

diretrizes, metodologia de extensão rural, em cada momento.

Hoje, à luz da política nacional de ATER e da presença de entidades governamentais e não-governamentais atuando junto à agricultura familiar, faz-se necessário um redesenho da metodologia de ação extensionista na EMATER-MG. O desafio é elaborar uma releitura da realidade e dos processos metodológicos, reformulando a prática extensionista com metodologias de planejamento participativo e gestão social, potencializadoras da construção coletiva de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida dos agricultores e agricultoras familiares do Estado de Minas Gerais.

4 Desafios Atuais

Vivemos um emaranhado de relações conflituosas e muitas vezes contraditórias. Se por um lado temos a clareza de estarmos vivendo nesse novo milênio um movimento gerado pela “sociedade do conhecimento”, por outro convivemos com oportunidades diferenciadas de acesso à informação e ao conhecimento. Nesse sentido, a extensão rural, pautando a sua prática num processo educativo que prevê a inclusão social, precisa valorizar a produção e apropriação do conhecimento pelos agricultores e agricultoras familiares, extensionistas, investindo no desenvolvimento da consciência crítica e da capacidade dos atores sociais conceberem e articularem um projeto histórico próprio.

Para dar conta desse desafio, a ação extensionista se refaz numa prática educativa que tem na organização social seu ponto de partida e nas técnicas participativas de planejamento a base para a estruturação e fortalecimento de formas organizativas de agricultores. Esse processo participativo de planejamento e intervenção permite que os agricultores, suas famílias e demais atores sociais envolvidos se solidarizem para o enfrentamento e a busca de solução para os problemas comuns.

É, portanto, a partir da experiência refletida, da análise crítica e coletiva da realidade e da participação ativa dos atores sociais envolvidos, que a extensão rural contemporânea deve se orientar. As demandas que são apresentadas aos extensionistas são ampliadas nesse novo cenário. É exigido dos profissionais tanto conhecimentos técnicos nas áreas de formação acadêmica, como também habilidades para resgatar e valorizar o conhecimento dos agricultores e agricultoras familiares de forma que esse saber seja apropriado numa perspectiva que considera o contexto social e histórico das comunidades, as diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável e a necessidade de articulação de parcerias locais e no território.

As transformações desejadas pela sociedade passam necessariamente pela organização e fortalecimento de formas de organização e pela discussão e negociação de políticas públicas. Isso requer dos profissionais qualificação para animação de processos participativos capazes de construir estratégias de desenvolvimento sustentável, ajustadas às dinâmicas sociais locais.

Transformar a ação extensionista em experiência educativa e prática transformadora requer uma postura diferenciada tanto dos extensionistas quanto dos atores sociais envolvidos, uma vez que ambos passam a assumir o compromisso com o processo educativo, o qual envolve ensinar, aprender, pesquisar e socializar. Para isso é necessário garantir momentos em que se ensina e se aprende o conhecimento existente

e momentos em que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente.

Nesse sentido, o aperfeiçoamento do processo metodológico precisa ser construído no enfoque pedagógico que coloca o ser humano como centro do desenvolvimento e da sustentabilidade. Sob essa orientação, a “Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável” – MEXPAR, foi construída, constituindo na EMATER-MG a referência para a ação extensionista junto aos agricultores e agricultoras familiares e suas formas organizativas.

As possibilidades apresentadas para a extensão rural contemporânea colocam para os extensionistas, enquanto educadores sociais, o desafio de repensar a prática pedagógica. Refletir essa prática e reorientá-la é, fundamentalmente, desenvolver um olhar crítico sobre ela. Esse novo olhar requer o investimento pessoal no aprofundamento teórico, o qual orientará a busca de convergências entre a ação extensionista e a matriz conceitual, possibilitando uma visão ampliada da ação e dos impactos desta sobre a realidade – atual e desejada – do ponto de vista dos atores sociais.

Outro desafio que se coloca na ação extensionista é a convivência com outros processos metodológicos implementados por instituições que atuam no espaço rural. Isso exige compreender que a extensão rural, enquanto processo educativo, se dá de forma participativa na troca de experiências metodológicas, na apropriação de novos conhecimentos e na reelaboração do saber que ocorre nas relações das pessoas em sua prática social.

5 **Concepção Pedagógica da Metodologia** **“Mexpar”**

A sistematização da metodologia “**MEXPAR**” foi inspirada nos princípios teóricos da Epistemologia Genética de Jean Piaget, nas referências teóricas e filosóficas apreendidas no método pedagógico de Paulo Freire de educação de adultos, e, também, na didática “aprender a aprender”, de Pedro Demo.

O exercício dessa sistematização apóia-se na necessidade sentida de alicerçarmos a prática extensionista num aporte teórico – explicativo e orientador – que contribua para uma ação continuamente refletida e, portanto, reformulada na perspectiva do compromisso da extensão rural contemporânea com as mudanças sociais e a necessidade de uma prática educativa coerente com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Embora essa fundamentação não tenha o propósito do aprofundamento teórico, buscamos em alguns princípios apresentados pelos autores aqui analisados os elementos necessários à reflexão da ação educativa do extensionista no contexto da realidade atual – complexa e dinâmica.

Para facilitar a compreensão da metodologia “MEXPAR” nesse arcabouço teórico, adotamos como exercício didático a apresentação de uma síntese das contribuições desses teóricos e sua correlação com a prática pedagógica da ação extensionista.

1 - A TEORIA DO CONHECIMENTO DE JEAN PIAGET

Jean Piaget (1896-1980) nasceu em Neuchâtel, Suíça. É considerado como o principal autor da Epistemologia Genética. E o termo genética é atribuído à sua teoria pelo reconhecimento de que o saber tem uma gênese, uma origem. A principal preocupação de Jean Piaget era compreender como aumentamos os conhecimentos, isto é, como ao longo da vida o ser humano amplia sua capacidade de pensar, sentir e agir sobre si mesmo, os outros, a natureza e a sociedade. O termo epistemologia significa, etimologicamente, estudo da verdade (“episteme”= verdade, “logos”= conhecimento e “ia”= arte de). E também a qualifica como genética fazendo referência a sua consideração de que esse saber tem uma gênese.

Ao longo de mais de meio século de pesquisas, Piaget elaborou uma matriz explicitando sua compreensão de como cada sujeito elabora seus saberes. Parte do princípio de que o indivíduo estabelece uma relação de troca com o meio (físico, pessoas, conhecimento) num sistema de relações vivenciadas e significativas. Esse intercâmbio resulta num processo constante de assimilação e acomodação de conhecimentos, ao que denominou mecanismo de equilíbrio. A forma da *espiral* tem sido utilizada para dar visibilidade e demonstrar a estrutura, dinâmica e conteúdo dessa matriz. Na figura abaixo podemos ver os principais conceitos utilizados por Piaget para explicar como construímos conhecimentos.

Nessa perspectiva não há começo absoluto e muito menos um fim para essa construção. Seremos sempre uma espiral se algo não afetar o movimento. Nossa mente sempre funcionará em termos de esquema prévio; desequilíbrio; assimilação; acomodação e esquema reelaborado, se o processo interativo que estabelecermos permitir essa construção. Aqui vale considerar uma questão importante na teoria piagetiana: somente seremos espirais se encontrarmos possibilidade de nos construirmos enquanto tal.

Espiral da produção do conhecimento



SABER PRÉVIO

Na perspectiva piagetiana não existe um novo conhecimento sem que o sujeito já tenha um conhecimento anterior para assimilá-lo e transformá-lo. Em nenhum momento de nossa existência seremos um “terreno liso” onde se edificará um muro ou um canteiro

de sementes pronto para germinar. Teremos sempre um nível de conhecimento sobre um determinado assunto. O bebê nasce com um saber prévio que lhe permite agarrar, chorar, sugar, movimentar-se, dentre outras ações. Ao longo da vida esse saber vai-se modificar e ampliar e em poucos anos ele estará agarrando e se alimentando das mais diversas formas. Isto é, estas habilidades vão sendo construídas aos poucos a partir do saber que detinha ao nascer.

DESEQUILÍBRIO

Segundo Piaget, em determinado momento, o sujeito, impulsionado por fatores maturacionais, experiência ativa, interação social e busca por equilíbrio realizada pelo psiquismo, encontra-se em uma situação em que seu saber prévio torna-se insuficiente. Vamos deixar Piaget (2004:16) nos falar sobre o desequilíbrio: “Ele existe quando qualquer coisa, fora de nós ou em nós, se modificou...A cada instante, pode se dizer, a ação é desequilibrada pelas transformações que aparecem no mundo, exterior ou interior”.

Se algo ocorre e não estamos preparados para entender e agir, sentimo-nos desequilibrados em relação ao saber prévio. Nesse momento podemos tomar algumas decisões. Se for possível, evitamos o que nos desequilibra. Mas só podemos fazer isso quando a situação nos permite a alternativa de escolher. O desequilíbrio, numa perspectiva piagetiana, aparece como o momento da construção da motivação para a aprendizagem. Talvez uma das tarefas mais difíceis, dado que a motivação terá relação muito estreita com a forma como aconteceu o desequilíbrio do saber prévio.

Uma outra questão fundamental no desequilíbrio é a articulação entre saber sentir-agir. É o momento onde podemos ver com mais nitidez as teias da afetividade, bem como a relação cotidiana de cada um com o objeto do conhecimento. Tomar decisões sobre a ampliação ou não dos nossos conhecimentos e ações no mundo e sobre ele envolve uma relação conosco e com os outros e com a realidade que nos cerca. A pergunta “para que aprender algo” se coloca como um imperativo quando estamos seguindo as trilhas piagetianas.

O motor que dá energia a essa espiral é o desequilíbrio, isto é, a compreensão pelo sujeito de que aquilo que sabe, pensa e faz é insuficiente para resolver os seus desafios. Daí a compreensão de que o sujeito nessa perspectiva é ativo, isto é, precisa compreender o quê, por quê, para quê e como se aprende. Se aceitar o desequilíbrio, o sujeito irá de uma forma ou de outra ampliar o saber. Para Piaget alguns desequilíbrios são inerentes ao ser humano, não há como evitá-los. Por exemplo: necessidade de respirar ao nascer, crescimento físico, produção hormonal na adolescência, os limites colocados pelo meio social, necessidades básicas relacionadas à fome, sede, frio, sono e afeto.

ASSIMILAÇÃO

Assimilar é o processo cognitivo pelo qual uma pessoa integra um novo saber nos esquemas preexistentes. Teoricamente, a assimilação não resulta em mudanças de saberes, mas garante o conteúdo necessário para que isso ocorra. Podemos comparar o esquema a um balão e a assimilação ao ato de encher o balão de ar. O balão fica maior (crescimento por assimilação), mas ele não muda sua forma.

Assimilar e acomodar são processos inseparáveis. Quando buscamos algo que não está em nós o fazemos com nossas estruturas internas. Tendo assimilado, já estamos dialogando com essas estruturas, isto é, acomodando. Mas certamente o primeiro movimento é buscar fora de nós as informações necessárias.

ACOMODAÇÃO

Para Piaget, o processo de acomodação é simultâneo ao de assimilação, mas são distintos. Acomodar é dialogar sobre as informações obtidas com o que já sabíamos antes, é reelaborar o saber prévio. Esse é o momento de decidir sobre o que é possível alterar, manter ou descartar. Muitas informações podem ser descartadas porque são incompatíveis com os saberes prévios. Nenhum comportamento é só assimilação ou só acomodação. Todo comportamento reflete ambos os processos, embora alguns expressem, relativamente, mais um processo do que o outro.

SABER REELABORADO

Quando consegue reelaborar um saber o sujeito ingressa no que Piaget denomina de equilíbrio. Mas é sempre um equilíbrio momentâneo, pois este saber reelaborado é sempre um saber prévio que a qualquer momento será desequilibrado. Nessa perspectiva, a mente está sempre em movimento. Equilíbrio é um processo de passagem do desequilíbrio para o equilíbrio.

De qualquer forma é sempre bom ter em mente que, para compreender a reelaboração, teremos que voltar ao saber prévio. A aprendizagem seria avaliada em termos do que e como foi alterado. Na perspectiva piagetiana não existe um estado de conhecimento estável sobre o qual poderíamos dizer que sabemos isso ou aquilo. Mas sim que sabemos isso ou aquilo em função do que sabíamos antes. Aqui vale ressaltar que a participação daqueles que aprendem no processo de construção da espiral bem como da avaliação do que foi reelaborado torna-se condição imprescindível. O desequilíbrio é de quem aprende, por isso, ele é considerado como sujeito ativo na construção de sua experiência como aprendiz.

A Epistemologia Genética apresenta-se como uma possibilidade de compreender a aprendizagem como processo. A imagem da espiral cria possibilidades de compreender os sujeitos que estão em movimento, participando da construção de suas próprias histórias. Remete-nos também à questão de que essa construção não é um trabalho solitário e sim realizado na relação com o outro.

1.1 A INFLUÊNCIA DE PIAGET NA CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA CONSTRUTIVISTA

Jean Piaget é considerado o precursor da visão construtivista, a qual se difunde especialmente a partir da epistemologia genética por ele desenvolvida. Ou seja, a partir da explicação da gênese do pensamento – que para Piaget é o resultado de um processo de construção que tem sua origem na lógica das ações do sujeito sobre o meio.

Para Piaget o conhecimento não está no sujeito, nem no objeto, ele é construído na interação do sujeito com o objeto. É à medida que o sujeito interage (e portanto age e sofre ação do objeto) que vai produzindo sua capacidade de conhecer e vai produzindo também o próprio conhecimento. Esta é a razão de a teoria piagetiana ser chamada de construtivismo. É um construtivismo interacionista.

O construtivismo tem como base o fato de que a aprendizagem é uma constante procura do significado das coisas. Portanto, aprender, bem como ensinar, significam construir um novo conhecimento, descobrir nova forma para significar algo, baseado-se em experiências e conhecimentos existentes. Ao reconstruir o conhecimento existente, o sujeito estabelece relações significativas entre o novo conhecimento e a realidade em que está inserido¹.

¹Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local. BNDES- Desenvolvimento Local.

Alguns princípios básicos considerados numa concepção pedagógica construtivista:

- As aprendizagens ativas e duradouras relativas ao mundo que nos cerca ocorrem somente através de um intercâmbio ativo entre o mundo e o sujeito do conhecimento;
- Todos nós construímos a nossa própria concepção do mundo em que vivemos a partir da reflexão sobre as nossas próprias experiências. Assim, a realidade é construída (inventada) pelo sujeito que conhece (cognocente), ela não é um dado pronto para ser descoberto;
- O conhecimento significativo – aquele que é utilizável – é fruto de uma elaboração (construção) pessoal, resultado de um processo interno de pensamento durante o qual o sujeito coordena diferentes noções entre si, atribuindo-lhes um significado, organizando-as e relacionando-as com outras anteriores;
- O conhecimento é uma produção social e se faz na interação com o outro pela linguagem, dando sentido às experiências humanas.

1.2 A TEORIA PIAGETIANA APLICADA À PRÁTICA PEDAGÓGICA DO EXTENSIONISTA

Buscaram-se nos princípios da teoria piagetiana as contribuições consideradas relevantes para a compreensão da ação educativa na extensão rural. Nesse sentido, tanto o papel do extensionista como o dos demais atores sociais precisam ser refletidos e reorientados.

A teoria piagetiana nos convida a pensar sobre muitos aspectos presentes na prática extensionista. Que saberes detém o técnico? Que saberes detém o agricultor? Que saberes estarão construindo? O técnico motiva o agricultor a aprender ou a reconhecer a necessidade de aprender? É possível desequilibrar o saber prévio sem desvalorizá-lo? Como avaliar levando-se em consideração o saber prévio?

O extensionista, atuando numa visão piagetiana, tem um papel diferenciado e mais exigente do ponto de vista da sua postura como educador. É preciso reconhecer que o processo de produção do conhecimento (cognitivo) se dá no campo pessoal e particular do indivíduo e, ao mesmo tempo, no campo social, pois se estabelece nas relações do sujeito com o meio.

Como mediador do processo de produção do conhecimento, o extensionista precisa adotar, em sua prática cotidiana, uma postura investigativa, estimulando a adoção dessa mesma postura também pelos atores sociais. Isso possibilitará a sua atuação como facilitador do processo educativo, uma vez que as observações realizadas servirão como base para a problematização da realidade e organização das idéias, com o grupo envolvido. A capacidade de observação vai sendo aprimorada à medida que as informações obtidas forem apropriadas pelos observadores num constante processo de reflexão e ação.

Essas observações devem privilegiar a análise do cotidiano dos agricultores, das agricultoras e extensionistas e ao mesmo tempo o dinamismo das mudanças no contexto das relações sociais, econômicas e políticas. Isso requer dos atores sociais uma postura de respeito aos ritmos diferenciados de cada um, permitindo que o pensamento de quem aprende siga o curso imprescindível para converter os conhecimentos prévios em conhecimentos reelaborados e, portanto, ressignificados.

A prática extensionista fundamentada no construtivismo terá então como ponto de

partida os conhecimentos prévios já construídos no processo histórico social e como ponto de chegada os conhecimentos ressignificados pelos atores do processo de aprendizagem (agricultores e extensionistas). Vale ressaltar que o ponto de chegada se constitui sempre num saber prévio para o próximo desafio.

2- MÉTODO PEDAGÓGICO DE PAULO FREIRE

A Teoria do Conhecimento desenvolvida por Paulo Freire reinterpreta a concepção de educação e de conhecimento e traz ao centro do debate a intencionalidade da educação. Ou seja, a certeza de que a educação não é neutra. Para ele, todo processo educativo é um ato político, uma ação que resulta numa relação de domínio ou de liberdade entre as pessoas.

Paulo Freire rejeitava o tipo de ensino que denomina de “educação bancária” – a qual se caracterizava pela figura do professor que depositava os conhecimentos e do aluno, depositário desses ensinamentos. Contrário à passividade do educando e à superioridade do professor, Paulo Freire defende que uma prática nesses moldes não contribui para a formação de sujeitos ativos e críticos. Ao contrário, favorece a alienação e incapacidade de ler o mundo de forma crítica.

Em sua teoria, Paulo Freire destaca que ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. E que educar é uma relação entre pessoas, sobretudo, entre gerações. Como seres de relações que somos, só nos educamos em relação com os outros seres humanos. Por isso é preciso compreender a dimensão de continuidade que envolve as relações humanas e compromisso que cada geração tem com a formação das gerações futuras.

A compreensão de que o destino do homem é criar e transformar o mundo, o coloca como sujeito da ação e favorece a formação da consciência da responsabilidade individual e coletiva. Resgatar na memória coletiva dos grupos sociais essa identidade histórica socialmente construída é essencial para que haja o reconhecimento da capacidade criativa e transformadora, tão necessária num projeto de educação libertadora. É preciso saber o que fomos e o que somos, para saber o que seremos. Para compreender o pensamento e a prática pedagógica de Paulo Freire, faz-se necessário conhecer alguns princípios que os fundamentam:

● Respeito ao outro

Na sua trajetória de educador, Paulo Freire revelou uma profunda crença na pessoa humana e na sua capacidade de educar-se como sujeito da História. E toda a sua obra está focada na valorização do homem. Exalta que todo ser humano é único. Tem saberes, história, cultura e valores que devem ser reconhecidos e respeitados. Assim, o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.

A sensibilidade para com as diversidades culturais, humanas, sociais, de grupos étnicos, de idade, de vivências, de memória, dentre outros, é um traço marcante no pensamento e na postura pedagógica de Paulo Freire.

● A natureza do homem

A essência da educação está em reconhecer que o homem pode refletir sobre si mesmo e descobrir-se como ser inacabado que está em constante busca. O homem se sabe inacabado e por isso se educa. Em todo homem existe um ímpeto criador. O ímpeto de criar nasce da inconclusão do homem. Somos seres sociais, históricos, inacabados.

A educação é mais autêntica quanto mais desenvolve esse ímpeto ontológico de criar. Educar implica portanto, considerar o homem sujeito de sua própria educação. Por isso, ninguém educa ninguém. Ninguém educa a si mesmo. As pessoas se educam entre si, mediatizadas pelo mundo.

● **Coerência absoluta entre teoria e prática**

O saber prático e o saber teórico são essenciais no processo de formação da consciência crítica, da visão de mundo. Para evoluir na leitura da realidade apoiada no senso comum (consciência ingênua) para uma análise crítica, a prática social tem que ser ampliada no seu pensar, no refletir. Ou seja, é preciso que os atores sociais envolvidos num processo educativo tenham acesso e domínio da teoria da sua prática ou saber teórico.

A teoria sozinha, sem a incursão até o concreto, torna-se sem significado. É preciso que juntemos as duas coisas constantemente. Não há prática sem teoria e não há teoria que não se submeta ao ajuizamento da prática.

● **Postura investigativa**

A prática educativa deve sempre estimular a curiosidade crítica. Estar sempre à procura da ou das razões de ser dos fatos. Deve estimular o exercício constante da capacidade de pensar, de indagar-se e de indagar, de duvidar, de experimentar hipóteses de ação, de programar e não apenas seguir os programas propostos e impostos.

Essa prática torna-se fundamental para desenvolver a capacidade do ser humano de avaliar, comparar, escolher, decidir e, finalmente, intervir no mundo.

● **Dialogicidade**

A aproximação, fundamental numa prática educativa, se faz com o diálogo franco, adotando uma postura de reciprocidade no falar, ouvir e de receptividade em aprender. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele. O educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, em uma fala com o outro.

● **Aprendizagem**

Aprender não é acumular conhecimentos. O que não é superável é a capacidade de aprender sempre. Só aprendemos quando aquilo que é objeto do conhecimento tem sentido na nossa vida. Temos que aprender com as experiências concretas. O importante é aprender a pensar.

● **Educação**

A educação não é neutra. Tanto pode estar a serviço da decisão, da transformação do mundo, da inserção crítica nele, quanto a serviço da imobilização, da permanência possível das estruturas injustas, da acomodação dos seres humanos à realidade tida como intocável.

● **Educador**

É o profissional que orienta, que dá sentido, que constrói sentido, um organizador de aprendizagens. O educador tem a tarefa de orientar o processo educativo – mas como um ser que busca, como o aluno. Ele também é um aprendiz.

● **Dialética**

A dialética é o modo de pensarmos as contradições da realidade. O modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação.

A referência à dialética está presente em toda a obra de Paulo Freire. É sempre utilizada na perspectiva da construção do espírito crítico e auto-crítico, reconstruindo os caminhos da curiosidade. O pensamento dialético estimula a revisão do passado à luz do que está acontecendo no presente; ele questiona o presente em nome do futuro; o que está sendo em nome do que “ainda não é”.

A dialética permite reconhecer o saber da História como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente nos relacionamos. Nosso papel no mundo não é só de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. A educação como especificidade humana é um ato de intervenção no mundo.

Nesse sentido a produção do conhecimento no método pedagógico de Paulo Freire é compreendida enquanto processo em construção. O saber se faz através de uma superação constante. O saber superado já é uma ignorância. Todo saber humano tem em si o testemunho do novo saber que já anuncia. Todo saber traz consigo sua própria superação. Portanto, não há saber nem ignorância absoluta: há somente uma relativização do saber ou da ignorância.

2.1 – O MÉTODO DE EDUCAÇÃO DE PAULO FREIRE APLICADO NA PRÁTICA EXTENSIONISTA

A aplicação dos princípios de educação defendidos por Paulo Freire, na prática pedagógica do extensionista, implica compreender as especificidades da ação educativa e dos atores sociais envolvidos nessa prática. É necessário, inicialmente, reconhecer que aprender significa construir um novo conhecimento, descobrir novos significados, sem desprezar o conhecimento existente. A experiência, o conhecimento prévio dos agricultores e agricultoras, deve ser sempre o ponto de partida para a reconstrução do conhecimento, gerando novos significados e, portanto, um novo conhecimento.

Por isso é tão necessário o investimento do extensionista na compreensão dos conceitos que envolvem a prática educativa. E, a partir deles, mediar o processo pedagógico de reelaboração do conhecimento, numa perspectiva dialética, ou seja, de busca da superação do próprio conhecimento construído. Nesse sentido, a grande relevância da ação extensionista é poder partilhar a construção do conhecimento como produção social. Extensionistas, agricultores e agricultoras, se vendo como seres sociais, que constroem e reconstróem a história num processo dinâmico, interativo e dialógico.

Extensionistas, agricultores e agricultoras participam de um mesmo projeto enquanto atores sociais, uma vez que ambos estão construindo um novo olhar sobre a realidade. Nela não existem verdades absolutas. Ao mesmo tempo em que se faz necessário desenvolver um sentimento de perplexidade diante dos fatos – estimulando processo de busca infundável do conhecimento – é importante que se adote também uma postura de paciência com os ritmos e as respostas nem sempre rápidas dos sujeitos envolvidos no processo. Exige de cada um reaprender a juntar a teoria e a prática, a parte e o todo, o ser e o viver.

Paulo Freire apresenta um novo sentido para a teorização, destacando a sua importância na reorientação da “práxis” (prática – teoria – prática). Não se trata de uma busca explicativa da prática, mas de uma elaboração dupla onde a teoria contribui para explicar a prática e esta realimenta a teoria. Esse exercício requer, antes de tudo, a valorização das capacidades individuais, o reconhecimento da ação reflexiva e criativa do

ser humano. Para isso é necessário que agricultores, agricultoras e extensionistas sejam estimulados a aprimorar sempre a prática da teorização, a investigar na perspectiva de desvelar o encoberto e a desafiar os limites impostos.

Outra contribuição da técnica pedagógica de Paulo Freire, que podemos apropriar à extensão rural, é a grande importância atribuída ao homem como sujeito da sua própria educação, da sua história. Esse princípio constitui a base da construção de um processo participativo de desenvolvimento rural sustentável que, em suas múltiplas dimensões, coloca o ser humano como centro da ação e, portanto, protagonista do seu próprio desenvolvimento.

3 - A DIDÁTICA DO “APRENDER A APRENDER” – PEDRO DEMO

As idéias de Pedro Demo agregadas a esta proposição metodológica dizem respeito à sua contribuição no debate sobre os desafios atuais da educação e à participação da sociedade civil no campo das políticas públicas.

Pedro Demo se refere à participação como conquista, um processo infindável, em constante vir – a –ser, sempre se fazendo. Assim, participação é essencialmente autopromoção e existe enquanto conquista processual, que precisa ser cotidianamente reconquistada. Não existe participação suficiente, nem acabada. Não pode ser entendida como dádiva, como concessão, como algo já preexistente. A participação, é portanto, um fenômeno político e se constitui num dos pilares das políticas públicas.

Nesse sentido, a educação constitui um dos canais essenciais para o exercício da participação. Pedro Demo defende, para isso, que a educação precisa ir além do mero ensinar e aprender, ou seja, superar o processo de “ensino/aprendizagem”, o que se restringe à absorção de conhecimentos, permanecendo o educando como objeto receptivo e domesticado. Nesse contexto de educação não existe ambiente favorável para que a participação política possa emergir.

Para tanto, um princípio fundamental da educação está na formação de cidadãos críticos, donos de um saber construído socialmente, o que os torna capazes de questionar e intervir na realidade de modo crítico e criativo. Uma proposta pedagógica adequada a esses propósitos é a didática do “aprender a aprender”, cujo enfoque está na sua metodologia emancipatória, traduzida em competências e habilidades.

Na didática do “aprender a aprender”, a pessoa torna-se capaz de saber pensar, avaliar, criticar e criar, assumindo o papel de sujeito histórico do processo capaz de conceber e implementar um projeto próprio de desenvolvimento. Aprender a aprender é, portanto, uma metodologia crítica ancorada na atitude de pesquisa. Permite uma constante produção e renovação do conhecimento, o qual se dá em contato com o mundo, com a sociedade, de forma interativa e produtiva.

Na perspectiva do aprender a aprender, não se produz ciência, como a entendemos academicamente, mas produz-se saber, na perspectiva da formação da consciência crítica e da reconstrução do conhecimento, evidenciando nisso um processo de autonomia crescente. É, portanto, a ação investigativa, questionadora, que qualifica a intervenção na realidade. A intervenção na realidade se dá num processo participativo, em que os atores sociais, através do diálogo, analisam, interpretam, sistematizam e definem suas estratégias de ação.

4 - A DIDÁTICA DO “APRENDER A APRENDER” APLICADA À AÇÃO EXTENSIONISTA

A prática pedagógica de extensão rural, na perspectiva didática do aprender a aprender, deve estar orientada pelos princípios da ação transformadora do homem sobre a realidade, ou seja, na sua capacidade de mudar e aprender com as mudanças. Constitui um esforço ético de contraposição às tendências excludentes historicamente vivenciadas no espaço rural.

Assim, para uma intervenção crítica e criativa dos atores sociais na realidade em que estão inseridos, é necessária a implementação de processos participativos integrados às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania. Nesse sentido, a ação extensionista, tendo como ponto de partida a realidade da agricultura familiar, deve privilegiar a construção participativa de processos de desenvolvimento sustentável, na perspectiva do fortalecimento de suas formas organizativas e de sua participação efetiva na formulação e implementação de políticas públicas.

Vale destacar que, no processo de organização dos grupos, deve ser assegurado o respeito à identidade cultural, à participação da mulher, do jovem, do idoso, dos grupos étnicos, enfim, a legitimidade e representatividade dos atores sociais envolvidos.

6 METODOLOGIA PARTICIPATIVA DE EXTENSÃO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - MEXPAR

A MEXPAR assume como pressuposto básico que todo conhecimento é uma produção social e que portanto encontra-se num constante processo de elaboração, reformulação e validação. Para promover e estimular essa produção de conhecimento, é de fundamental importância o fortalecimento de processos de mediação entre extensionistas, agricultores e agricultoras familiares. Tais processos devem privilegiar, em sua prática, a utilização de técnicas que favoreçam e estimulem a reflexão dos grupos sociais sobre as relações estabelecidas com o meio físico e social e a elaboração de novos conceitos e novas experiências. A mediação implica provocar outras leituras do ambiente e das relações sociais, estimulando novas compreensões e versões possíveis sobre o mundo, o que nos qualifica a reconhecer a realidade e nossa ação sobre ela. Essa experiência traz consigo a certeza estimuladora do inacabado, do vir a ser, das verdades relativas e da necessidade de um diálogo permanente entre os atores.

Para que a ação extensionista assuma um caráter educativo e efetivamente transformador, é necessário que os agricultores e agricultoras familiares sejam os verdadeiros protagonistas do processo de desenvolvimento. Para tanto, é necessário a conquista da autonomia e sua reconstrução continuada nas relações e na prática social. A base para a conquista dessa autonomia desejável é o estabelecimento de relações de confiabilidade mútua, de co-responsabilidade no exercício da tomada de decisão em questões que envolvem compartilhamento de resultados.

A aplicação da metodologia MEXPAR requer também do extensionista a

compreensão das especificidades da agricultura familiar e do contexto local e territorial em que se encontra inserida, bem como as características e identidades próprias que a distinguem dos demais atores sociais no espaço rural.

É nesse arcabouço de princípios orientadores que a metodologia “**MEXPAR**” se materializa na prática.

A MEXPAR está estruturada em três momentos didáticos que orientam a ação mediadora do extensionista: Conhecimento da realidade; Organização da ação e gestão social; Execução da ação e acompanhamento. Esses momentos, embora distintos em sua essência, são interdependentes e complementares.

6.1 - MEXPAR



Primeiro Momento

- **Conhecimento da Realidade**

É essencialmente um momento de aproximação, de estabelecimento de relações afetivas e de troca de informações pessoais e com o ambiente. É importante que nesse momento sejam criadas as condições para a elaboração coletiva de um resgate histórico-social da comunidade. Se para o extensionista é fundamental conhecer a realidade do campo e seus sujeitos, para os agricultores e agricultoras é também fundamental conhecer o extensionista, a Emater, o projeto em questão e as políticas públicas existentes, numa perspectiva de interação e de transformação.

É nesse momento que se organiza o ponto de partida e de chegada da caminhada do grupo, pois oferece os elementos históricos do passado que contribuem para a compreensão do presente e o planejamento partilhado do futuro desejado – que se materializa num projeto de desenvolvimento sustentável.

É importante resgatar a história de vida das pessoas, como vivem e produzem, e debater com elas suas condições de vida com relação à saúde, educação, produção, comercialização, cultura, lazer, meio ambiente, infra-estrutura, organização, as atividades

não-agrícolas, dentre outras, para que, a partir da compreensão desse contexto, as pessoas estabeleçam estratégias de atuação capazes de promover mudanças na sua realidade rumo ao futuro desejado. É importante também resgatar a história que envolve a realidade do extensionista.

Nesse contexto, alguns temas transversais, como a relação de gênero, geração e etnia, precisam ser considerados no exercício da compreensão da realidade e incluídos nas discussões e tomadas de decisão quanto ao projeto de vida das pessoas. A participação ativa das mulheres, dos jovens, idosos e de grupos étnicos, como índios e quilombolas, potencializa a capacidade de inserção desses atores sociais enquanto sujeitos capazes de ação política para definir projetos convergentes com seus interesses.

Vale ressaltar a diversidade de redes sociais nos quais os sujeitos estão inseridos. Conhecer-las e respeitá-las são condições para um trabalho extensionista comprometido com a participação como processo transformador.

O conhecimento da realidade compreende três passos:

- informações sobre a realidade local;
- aproximação e sensibilização da comunidade e exposição sobre a realidade do extensionista;
- realização do Diagnóstico Participativo por Campo de Desenvolvimento.

Segundo momento

● Organização da Ação e Gestão Social

É o exercício coletivo do planejamento e constitui uma seqüência do processo de reflexão sobre as questões que envolvem o projeto de vida das pessoas. O ponto de partida são as informações resgatadas na elaboração do Diagnóstico Participativo por Campo.

Nesse momento as propostas destacadas no diagnóstico são avaliadas do ponto de vista de sua viabilidade econômica, social, cultural, política e ambiental. Para tanto são consideradas nessa análise as alternativas de ação necessárias e possíveis de serem implementadas.

É no momento da organização da ação que acontece a identificação dos grupos de interesse e dos parceiros. Esses grupos se estruturam em torno das alternativas definidas na análise da viabilidade, as quais servirão como referência para a elaboração dos projetos.

A organização da ação compreende quatro passos:

- estruturação dos grupos de interesse;
- organização dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS;
- negociação e elaboração de projetos e programas de desenvolvimento sustentável;
- estruturação e elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - PMDRS.

Terceiro momento

● Execução da Ação e Acompanhamento

Constitui a etapa de concretização das ações planejadas. Os grupos de interesse, juntamente com os parceiros, assumem o controle do processo de execução, acompanhamento, avaliação e gestão social dos projetos.

O desenvolvimento de habilidades básicas pelos participantes do grupo é considerado como uma condição essencial para o êxito dos projetos. Para tanto, técnicas participativas de construção e socialização de conhecimentos devem ser priorizadas no processo de formação de gestores. Os processos de formação e capacitação devem assegurar o intercâmbio de experiências e conhecimentos específicos nas áreas dos projetos e desenvolvimento de competências e habilidades em gestão social.

A execução da ação e gestão social compreende três passos:

- execução do projeto;
- formação/capacitação dos atores sociais;
- acompanhamento e avaliação de projetos e programas.

7 TÉCNICAS

Algumas considerações sobre o uso de técnicas na aplicação da MEXPAR

A utilização de técnicas na implementação da metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR – constitui um recurso instrumental e facilitador da ação, possibilitando aos extensionistas e demais atores sociais criar condições favoráveis para o debate, o planejamento e a gestão social de programas e projetos que valorizem os princípios agroecológicos de produção e contribuam para a ampliação e fortalecimento da agricultura familiar.

A aplicação das técnicas sugeridas na metodologia MEXPAR requer do extensionista e demais atores sociais, o conhecimento prévio de alguns princípios e características que orientam a sua aplicação. O princípio básico das técnicas sugeridas na metodologia MEXPAR é o entendimento da participação como processo e, portanto, em construção permanente do seu significado na prática social. Nesse sentido, a participação constitui muito mais do que uma oportunidade de socialização de idéias e experiências, trata-se de uma conquista social.

A compreensão do conceito de técnica – o que é e para que serve – é de fundamental importância para aqueles que aplicam. Esse entendimento habilitará os facilitadores na definição das técnicas a serem utilizadas em situações específicas. Técnicas são ações realizadas para operacionalizar o método. Uma técnica pode ser utilizada em diferentes métodos com diferentes referenciais teóricos. Uma entrevista, por exemplo, pode tanto servir a um método diretivo quanto participativo.

No que se refere à MEXPAR, que é essencialmente uma metodologia participativa, a definição das técnicas utilizadas deverá levar em consideração alguns aspectos essenciais:

- o trabalho criativo e participativo;
- o processo dialógico;
- a organização das idéias, negociação, planejamento e comprometimento com as ações propostas;
- os estilos de agricultura de base agroecológica e estratégias de desenvolvimento sustentável.

A aplicação das técnicas num contexto participativo requer a presença de um agente facilitador do processo que assume o papel de moderador. A moderação tem por objetivo estimular a integração das pessoas ao grupo e propiciar as condições e os instrumentos para que o grupo discuta suas idéias mais ordenadamente e possa chegar aos resultados, de preferência em consenso. O moderador tem um papel importante na administração de conflitos e divergência de opiniões, que emergem naturalmente num processo de construção coletiva, contribuindo para que não se perca o foco da discussão.

Na metodologia MEXPAR, o moderador caracteriza-se, portanto, como um agente facilitador e mediador do processo de construção e socialização dos conhecimentos. Adotar uma postura receptiva ao grupo é de fundamental importância para que sejam criadas as condições favoráveis para o diálogo e a reflexão que constitui a base de todo o processo de construção. Desse modo, o desenvolvimento de algumas habilidades por parte do moderador podem contribuir para o enriquecimento da sua prática, tais como: sensibilidade para ouvir, respeito pelos participantes, capacidade para sistematizar e teorizar conhecimentos com o grupo, conduzir o trabalho democraticamente e de forma flexível e atuar de modo a estimular o grupo a participar de forma integrada e compromissada com os resultados e as decisões tomadas.

TÉCNICAS

Calendário Sazonal

■ **O que é:** Constitui a elaboração participativa de um esquema gráfico no formato de calendário, no qual se faz a distribuição e a concentração das principais atividades desenvolvidas e eventos que ocorrem na comunidade ao longo do ano, tais como: produção, trabalho, atividades escolares, lazer, variação no preço de produtos, concentração de crédito, clima, entre outros.

■ **Objetivo:** Visualizar e compreender a dinâmica das atividades e eventos (mês a mês) que têm importância significativa para a comunidade, e as variações de intensidade com que ocorrem ao longo do ano, com vistas à organização das ações no processo de planejamento.

■ **Aplicação:** Essa técnica é utilizada para identificar, com os participantes, os períodos de pico das atividades que demandam maior concentração de esforços, norteando a tomada de decisões sobre a implementação de projetos.

■ **Tempo estimado:** Entre 1 e 2 horas

■ **Material necessário:** quadro ou parede (painel), giz, calendário do ano, folhas de papel pardo ou cartolina, pincel atômico, fita crepe e fichas de diversos tamanhos e cores, recursos locais tais como sementes, folhas, pedras etc.

Procedimento:

Preparação

- Agendar a reunião com os participantes;
- Definir com os participantes, o esquema gráfico a ser utilizado;
- Organizar o local adequado e o material necessário;
- Buscar a representatividade da comunidade ou grupo, garantindo a participação de homens, mulheres, jovens, idosos, representantes de grupos, como remanescentes de quilombos, indígenas, pescadores, assentados, etc.

Execução

- Iniciar a discussão explicando a técnica e os objetivos do calendário sazonal;
- Definir com o grupo as atividades ou eventos a serem discutidos conforme o tema e o interesse do grupo. É recomendável selecionar no máximo 8 atividades;
- Definir com os participantes a distribuição das atividades no calendário ao longo de 12 meses, começando em qualquer mês do ano, dependendo da atividade ou evento que desejem visualizar. É importante adequar o ordenamento de tempo à lógica da comunidade. Em alguns casos utiliza-se o primeiro mês do ano agrícola ou o primeiro mês do ciclo das chuvas para iniciar o calendário;
- Desenhar o calendário numa folha grande, ou em quadro-negro ou no chão, com os períodos correspondentes definidos pelo grupo.
- Iniciar a discussão com o grupo formulando questões e fazendo registro das manifestações como:
 - Atividades que são realizadas nos primeiros períodos de plantio ou outros. A seguir repete-se este procedimento para os demais períodos e meses.
 - O mês ou período de maior e de menor demanda de ocupação de mão-deobra.
 - Os períodos de maior e menor disponibilidade de renda, de alimentos e de outros aspectos relevantes identificados.
- Analisar com o grupo as informações obtidas, de forma a permitir a organização do seu trabalho, identificando a sazonalidade das atividades, as demandas, as dificuldades e as potencialidades para implementação de ações, programas e projetos.
- Registrar as conclusões no calendário final, identificando os períodos favoráveis e críticos.

Caminhada

■ **O que é :** É uma técnica que consiste em percorrer um determinado trecho de uma comunidade rural, de uma propriedade ou de um assentamento, onde se busca, junto com os participantes, identificar e discutir as diversas percepções das características espaciais e do agroecossistema, as formas de ocupação da terra e o modo de vida das pessoas do lugar.

■ **Objetivo:** Estimular as pessoas a adotar uma postura investigativa, por meio da reflexão, do diálogo, da criatividade, e a encontrar alternativas de ação para os problemas e as potencialidades que vão sendo identificados.

■ **Aplicação:** É utilizada como técnica auxiliar na elaboração de diagnósticos participativos e levantamento de informações para a construção de planos de desenvolvimento rural sustentável.

■ **Tempo estimado:** É variável conforme o percurso e as condições do local.

■ **Material necessário:** mapa da localidade, croqui do trajeto a ser percorrido, quadro ou parede para se montar painel, papel, pincel atômico, fichas de papel, fita crepe, prancheta, caneta ou lápis para anotações.

Procedimentos:

Preparação

- Definir com o grupo o trajeto que garanta a maior representação possível do que se quer observar;
- Elaborar roteiro com os aspectos relevantes a serem observados, como por exemplo:
 - Localização e vias de acesso, infra-estrutura básica (posto de saúde, escola, trabalho,

lazer, moradia, mercado, saneamento e outros)

- Questões ambientais: relevo, o uso da terra, vegetação, as fontes e os cursos de água e suas proteções, erosão, etc..

- Estrutura fundiária, sistema de produção, diversificação de atividades (agrícolas e não agrícolas)

- Em caso de trajetos muito extensos, programar mais de uma caminhada.

Execução

- Reunir o grupo e explicar o objetivo e os procedimentos da caminhada;
- Discutir com os participantes a divisão de papéis e as responsabilidades de cada um: anotações, desenhos e esquemas dos aspectos observados durante a caminhada;
- Caminhar procurando identificar detalhes e particularidades do local;
- Ao final da caminhada, reunir os participantes para sistematizar as informações obtidas e registrar a síntese em fichas;
- Elaborar o croqui da área percorrida num painel, quadro ou no chão;
- Realizar a discussão, fazendo a correlação entre os aspectos observados nos diversos campos do desenvolvimento sustentável, identificando problemas, dificuldades, potencialidades, bem como alternativas de ação que atendam à realidade identificada;
- Utilizar os dados como subsídio à construção de mapas participativos.

Caminhada Transversal

■ **O que é:** É uma técnica em que um grupo de pessoas percorre um trecho a partir do ponto mais alto até o ponto mais baixo de um ambiente (comunidade, assentamento), analisando, discutindo e construindo um diagrama de seção transversal à medida que vão caminhando. Durante a caminhada são registradas as principais características topográficas e do solo, suas diferentes formas de uso (cobertura florestal, culturas, pastagens, problemas relacionados e potencialidades de desenvolvimento).

■ **Objetivo:** Possibilita o reconhecimento do ambiente – suas principais características e a dinâmica das mudanças que têm ocorrido na área de estudo – na perspectiva de discutir e buscar alternativas ambientalmente sustentáveis.

■ **Tempo estimado:** Varia conforme as distâncias e condições locais. Todo o trabalho deve ser realizado em no máximo um dia. A reunião final para conclusão do diagrama deve ocorrer, sempre que possível, logo após a caminhada.

■ **Material:** Mapa da área, caderno para anotações, cartolina ou papel pardo, pincel atômico para a construção da representação gráfica do corte transversal.

Procedimento:

Preparação

- Identificar pessoas na comunidade que tenham informações sobre a área a ser percorrida;
- Definir com os participantes da caminhada o melhor percurso. Não precisa ser uma linha reta, mas deve percorrer um trajeto com o máximo de diversidade possível para enriquecer as informações sobre a área. Em áreas montanhosas ou bacias, deve-se começar por uma borda mais alta, passando pelas áreas mais baixas, subindo até outra borda mais alta, conhecendo-se, assim, todas as variações de vegetação.

Execução

- Começar o percurso estabelecido, registrando as informações pertinentes, as

mudanças ocorridas, usando sempre denominações utilizadas pelas pessoas do local;

- Durante o percurso, parar algumas vezes e conversar com pessoas encontradas no caminho;
- Após o percurso o grupo deve se reunir de imediato para sistematizar tudo o que foi observado e assim, estabelecer um relato final, com as observações dos participantes;
- Representar em um diagrama o desenho do relevo da área percorrida, registrando e denominando as suas diferentes seções. Utilizar para isso um painel feito com cartolina ou outro papel e pincel atômico;
- Discutir com o grupo e registrar no diagrama as informações principais sobre o uso e a situação dos recursos naturais em cada seção. Para isso, iniciar formulando algumas questões. Por exemplo:
 - O que existe de relevante em cada seção (posse da terra, vegetação, uso e características do solo)?
 - Por que os tipos de vegetação e culturas se diferenciam numa ou noutra seção?
 - Quem trabalha e se beneficia dos recursos naturais?
 - Quais mudanças importantes ocorreram na área e que foram percebidas?
- A construção, em todas as fases, deve ser feita de forma participativa, buscando sempre o acordo e consenso do grupo.

Descoberta Técnica – (DT)

■ **O que é:** É uma técnica que estimula o potencial investigativo dos participantes, permitindo a integração dos conhecimentos do extensionista e dos agricultores de forma a estabelecer uma efetiva complementaridade de saberes onde todos participam da execução da atividade.

■ **Objetivo:** Oportunizar através da experimentação, reflexão e descoberta, o desenvolvimento de novos conhecimentos sobre determinada atividade agropecuária ou social.

■ **Aplicação:** Essa técnica é aplicada em situações que exigem a consolidação de um conhecimento construído pelo grupo (reconstrução) ou para comprovar a aplicabilidade de uma determinada inovação tecnológica identificada pelo grupo como fundamental para o desempenho de uma atividade. Possibilita também a identificação e avaliação de problemas e dificuldades na operacionalização de uma prática.

■ **Tempo estimado:** Entre 1 e 2 horas

■ **Material necessário:** material técnico (folders, folhetos) para divulgação, recursos audiovisuais, equipamentos para o desenvolvimento da prática.

Procedimento:

Preparação

- A realização da Descoberta Técnica deve ser decidida e planejada de acordo com o interesse dos participantes, sendo de fundamental importância o envolvimento destes nas decisões quanto ao tema, à época de realização, aos conteúdos técnicos a serem priorizados, ao local do evento e à divulgação junto ao público participante. Entende-se que o envolvimento dos produtores em todas as fases da Descoberta Técnica desperta maior interesse na atividade, tornando-os co-responsáveis pelos resultados obtidos;
- A Descoberta Técnica pode ser realizada em ambientes diversos – sala, galpão,

residência, cozinha experimental, propriedades rurais, dentre outros. A indicação do local deve ser negociada com o grupo e acatada pelo colaborador que cederá o espaço para realização das atividades. Para isso, o grupo deve, de antemão, estar informado e consciente de todas as fases e objetivos da Descoberta Técnica, bem como de suas responsabilidades e do colaborador;

- O extensionista deve levar em consideração e estar sempre atento aos materiais e equipamentos a serem utilizados na execução da técnica, que devem ser de conhecimento ou de fácil acesso aos agricultores e agricultoras familiares;
- Quando a atividade a ser desenvolvida oferecer riscos à saúde dos participantes ou ao ambiente (exemplo: contaminação por contato com sangue de animais, agrotóxicos ou microorganismos), deve-se discutir isso anteriormente com o grupo, e inserir na realização da técnica as medidas ou procedimentos de segurança necessários;
- A divisão de responsabilidades entre os participantes deve ser garantida, a fim de que se estabeleça no grupo a co-gestão.
- Discutir com o grupo a disponibilização de lanches ou refeições, cafezinho, água e outros itens que implicam gastos para que as providências sejam tomadas com a antecedência;

Execução

- Considerar que, ao aplicar a técnica, são exercitadas as três áreas do processo de aprendizagem: cognitiva (formulação de conceitos e tomada de consciência), afetiva (predisposição a partir dos interesses) e psicomotora (desenvolvimento de destrezas);
- Não centralizar a técnica no conhecimento do extensionista ou em algum membro do grupo, ao contrário, todos devem participar da execução da atividade (de forma ativa ou moderada);
- Desenvolver a técnica tendo por princípio básico o diálogo e a reconstrução da prática que se deseja conhecer, confirmar;
- Começar pela experiência acumulada dos produtores e a partir daí ir desenvolvendo ações e diálogos explorando o porquê desta ou daquela atitude que os produtores decidem confirmar ou modificar;
- Considerar o conhecimento prévio dos participantes, as potencialidades locais, a capacidade econômica, os valores socioculturais, a tradição dos participantes, a preservação ambiental e os princípios agroecológicos de produção, nas práticas a serem executadas;
- Priorizar o uso de recursos visuais, valorizando e explorando os recursos e situações concretas. Exemplo: Substituir a imagem visual de uma planta (desenho) por uma espécie viva. Entretanto, sendo necessária a utilização de recurso audiovisual, a linguagem deste deve estar ao alcance do público participante;

Avaliação: Ao final da Descoberta Técnica, deve-se proceder, em conjunto com o grupo, a uma avaliação dos resultados tanto do ponto de vista técnico, como do ponto de vista da organização, apropriação de conhecimentos e participação do grupo. Neste momento deve ser construída uma agenda de compromissos tendo em vista os objetivos e resultados do evento.

Dia de Campo

■ **O que é:** É uma técnica que permite uma abordagem simultânea dos aspectos teóricos e práticos que envolvem o tema escolhido. É comumente realizado em uma propriedade rural onde algumas práticas ou tecnologias já estejam sendo implementadas, possibilitando aos participantes a sua observação, discussão e análise das questões tecnológicas, econômicas, sociais e ambientais que envolvem a implementação das

práticas observadas.

■ **Objetivo:** Promover uma maior integração entre agricultores e agricultoras de várias comunidades e municípios, através da troca de experiências, oportunizando a realização de comparações, divulgação de práticas e tecnologias e eliminação de dúvidas relacionadas a determinados temas.

■ **Aplicação:** a técnica de Dia de Campo deve ser realizada de acordo com a necessidade ou oportunidade identificada pelos agricultores e extensionistas e pode ser utilizada na área agropecuária e social. Para assegurar o caráter participativo e um melhor aproveitamento dos conteúdos, o Dia de Campo deve ser realizado sem a preocupação de atingir um número muito grande de participantes. Recomenda-se como referência um número que pode variar de 50 a 100 pessoas. Os organizadores definem pela participação de várias comunidades de um ou mais municípios.

■ **Tempo estimado:** Entre duas e quatro horas, de acordo com o número de estações.

■ **Material necessário:** Suporte para álbum seriado, cartolina, papel, crachás, caneta, material demonstrativo (de acordo com o tema), cartazes e letreiros indicativos do local do evento, material técnico a ser distribuído, barracas ou cabanas para cada estação, faixas.

Procedimentos:

Preparação:

- Todas as etapas que envolvem o planejamento e execução devem ser realizadas com a participação dos agricultores familiares, cabendo aos extensionistas envolvê-los nas decisões quanto ao tema, à época de realização, aos conteúdos técnicos a serem priorizados, a definição dos apresentadores de cada estação, ao local do evento e à divulgação entre o público selecionado;
- Eleger uma comissão organizadora do evento, composta por agricultores familiares, extensionistas e colaboradores, a qual deverá elaborar um plano de ação visando organizar melhor o trabalho e definir os papéis de seus membros. A sugestão de matriz de planejamento aqui apresentada pode ser utilizada para esse fim, devendo compor de maneira ordenada (cronológica), clara e objetiva, as atividades a serem desenvolvidas, observando-se as ações preparatórias, de execução e acertos finais. O plano deve conter as responsabilidades dos envolvidos e prazos, definidos em reunião, junto com o grupo de agricultores;
- Sugestão de matriz de planejamento e acompanhamento:

• **MATRIZ DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO**

O quê	Onde	Quando	Como	Com quem	Observações

- Realizar, com a devida antecedência, a estimativa do número provável de participantes, a fim de se compatibilizarem as providências a serem tomadas;
- Escolher um local de fácil acesso e que permita uma boa visualização das práticas aplicadas;
- Definir com a comissão organizadora as práticas e tecnologias a serem apresentadas no Dia de Campo, as quais devem ser compatíveis com as condições socioeconômicas

dos agricultores e ambientalmente sustentáveis;

- Providenciar os convites, priorizando os agricultores e agricultoras familiares envolvidos diretamente com o tema do evento e integrando também outros atores sociais que tenham identidade com o meio rural e que participam de algum modo na formulação de políticas públicas;
- Definir os responsáveis pelas apresentações dos temas nas respectivas estações;
- Providenciar lanches ou refeições, cafezinho e água;
- Eleger pessoas para a recepção dos participantes e guias para conduzir os grupos até a estação inicial e orientar o percurso seguinte.

● **Considerações importantes na organização das estações:**

- As estações devem ser organizadas e instaladas numa seqüência lógica, abordando os principais aspectos ou etapas do tema proposto;
- Em geral programam-se de 3 a 5 estações, dispostas a uma distância em que uma estação não interfira na outra;
- A primeira estação pode ser estabelecida para dar as boas-vindas aos participantes, algumas orientações e, ainda, uma visão geral das estações, assim como das tecnologias e práticas a serem discutidas e observadas na propriedade visitada. Com a montagem desta estação, sugere-se que o tema a ser tratado não extrapole a seqüência de mais que quatro estações;
- Em cada estação, o mediador (agricultor, extensionista ou técnico de outra instituição) faz uma apresentação dialogada sobre o assunto. A apresentação pode ser enriquecida com demonstração prática, depoimentos e experiências de agricultores, e uso de recursos audiovisuais.

Execução:

- Chegar com antecedência ao local de realização do Dia de Campo, a fim de se tomarem todas as providências necessárias;
- Encaminhar os participantes ao local de inscrição para que recebam o crachá, material para anotações e orientações. Nesse local são formados os subgrupos que irão percorrer as estações;
- Confeccionar o crachá dos participantes registrando o nome e local de procedência, assim como a identificação do subgrupo que irá percorrer as estações. O uso do crachá facilita a identidade e o relacionamento entre os participantes;
- Apresentar os participantes ao guia (agricultor ou extensionista) que será responsável pelo subgrupo. O guia explica, em poucas palavras, como o grupo deverá se conduzir dali em diante;

● **Orientações para a formação do subgrupo:**

- Sugere-se que cada subgrupo tenha de 12 a 20 pessoas conforme o número de estações e o número de participantes presentes. Assim que o primeiro subgrupo passa da primeira para a segunda estação, o segundo subgrupo é encaminhado pelo seu guia para a primeira, e assim por diante;
- Cada subgrupo percorre as estações na companhia do guia, que apresenta o responsável pela apresentação do assunto de cada estação. O responsável, que exerce o papel de facilitador, dá as explicações sobre o assunto durante 20 a 30 minutos. Recomenda-se deixar os minutos finais para tirar dúvidas. Após o término da apresentação, o subgrupo é conduzido até a estação seguinte, e, assim, sucessivamente. Desta forma, o mediador de cada estação faz tantas apresentações quanto for o número de subgrupos;

- O tempo de permanência nas estações deve obedecer ao programado para

evitar demoras ou “atropelos”. O tempo total do percurso de um grupo pelas estações não deve exceder duas horas.

- Aguardar a finalização da visita de todos os subgrupos às estações para que todos os participantes do Dia de Campo se juntem numa última estação, a qual é reservada para um amplo debate com todos os participantes dos subgrupos e facilitadores. Extensionistas e demais facilitadores ficam à disposição para os questionamentos e apresentação de dúvidas que ainda persistem entre os participantes.

É também o momento para se destacar as vantagens desta ou daquela tecnologia ou prática. Nessa estação também são lembradas, de forma resumida, as informações prestadas nas estações anteriores. É nesta estação que os agricultores têm a oportunidade de avaliar e concluir sobre o novo saber que acabou de formular;

- A última estação é também o momento de provocar o grupo a refletir sobre a importância da agricultura familiar no município, território e país, no aspecto econômico, social, político e na preservação ambiental. E destacar a necessidade da integração do meio rural e urbano na formulação de políticas públicas capazes de contribuir para a ampliação e o fortalecimento da agricultura familiar.

- Finalizar o evento com uma confraternização dos participantes, que pode ser enriquecida com algum evento cultural (violeta, teatro, apresentação folclórica), seguido de um lanche ou refeição;

- Após a realização do evento, os extensionistas, demais facilitadores e a comissão organizadora se reúnem para uma avaliação. O objetivo é analisar os pontos positivos e negativos, avaliando-os e tendo-os como referência para aperfeiçoar o próximo Dia de Campo. Aproveita-se para elaborar material de divulgação dos resultados e as correspondências de agradecimento. Neste momento deve ser feita uma agenda de compromissos tendo em vista os objetivos e resultados do evento.

Diagnóstico Participativo por Campo

- **O que é:** É um conjunto de procedimentos metodológicos que orientam a análise coletiva da realidade e a identificação dos problemas, necessidades e potencialidades de uma comunidade, município ou território.

- **Objetivo:** Facilitar a interpretação de uma realidade, sistematizando os problemas e necessidades comuns, vislumbrando possíveis encaminhamentos de solução e aproveitamento das potencialidades.

- **Aplicação:** Essa técnica é utilizada para a análise, sistematização de idéias e informações sobre a realidade de uma comunidade, município ou território, no processo de construção do planejamento participativo.

- **Tempo estimado:** Variável de acordo com a necessidade do grupo de reconhecer e interpretar a realidade vivida.

- **Material Necessário:** Quadro, giz, painel, papel pardo, fichas de cartolina, papel para anotações, caneta ou lápis, pincel atômico.

Procedimento:

Preparação

- Organizar o local adequado e o material necessário.

Execução

- Realizar uma reunião preparatória para discutir e decidir com os participantes a necessidade de realização do diagnóstico e as formas de realização;
- Negociar com o grupo a utilização de técnicas auxiliares para a realização do diagnóstico, como, por exemplo: entrevista semi-estruturada, caminhada, mapeamento participativo, dentre outras;
- Construir o perfil da comunidade, agrupando as informações sobre os aspectos gerais da realidade, compondo um cenário da realidade da comunidade, município ou território;
- Sistematizar os problemas, necessidades e potencialidades, por campo, preenchendo a Matriz de Diagnóstico Participativo por Campo;
- Realizar a eleição de prioridades dos problemas, necessidades e potencialidades utilizando a técnica de eleição ou hierarquização por frequência;
- Realizar a interpretação analítica dos problemas selecionados utilizando a técnica da reunião problematizadora, exercitando com o grupo o questionamento, o confronto e a associação de idéias;
- Utilizar a matriz de interpretação analítica para registrar o consenso do grupo;
- A partir das alternativas de ação legitimadas pelo grupo, para cada um dos problemas, necessidades e potencialidades, negociar os projetos a serem implementados;
- Buscar sempre o entendimento e envolvimento dos participantes em todas as etapas do processo de construção do diagnóstico.

Quadro 1- Matriz de Diagnóstico Participativo por Campo

PROBLEMAS E NECESSIDADES POR CAMPO				
ECONÔMICO	SOCIAL	CULTURAL	POLÍTICO	AMBIENTAL

POTENCIALIDADES POR CAMPO				
ECONÔMICO	SOCIAL	CULTURAL	POLÍTICO	AMBIENTAL

Quadro 2 - Matriz de Interpretação Analítica

Ex:

MATRIZ DE INTERPRETAÇÃO ANALÍTICA			
PROBLEMA	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	ALTERNATIVAS DE AÇÃO
Pouca renda com a produção do café	- Terra insuficiente para ampliação do plantio do café - Baixa produtividade da lavoura - Desconhecimento de alternativas que contribuam para melhorar a qualidade do café produzido. - Pouca experiência no beneficiamento do produto	- Venda da mão-de-obra familiar fora da região - Descapitalização dos agricultores - Pouco investimento na atividade	- Arrendamento de um terreno para produção coletiva de café - Capacitação em produção e manejo agroecológico - Instalação de um viveiro de mudas - Implantação de 01 unidade coletiva de beneficiamento do café - Capacitação em produção/beneficiamento e gestão da unidade coletiva.

Diagrama de Venn

- **O que é:** É uma representação gráfica que possibilita visualizar o relacionamento de órgãos e entidades com a comunidade.
- **Objetivo:** Identificar o grau de importância e de proximidade que a comunidade atribui aos órgãos e entidades que direta e indiretamente estão envolvidas com ela, visando ao fortalecimento das parcerias no processo de planejamento participativo.
- **Aplicação:** Essa técnica é aplicada na elaboração de diagnósticos participativos, para avaliar a participação das entidades e a possibilidade de estabelecer futuras parcerias.
- **Tempo estimado:** entre 1 e 2 horas
- **Material estimado:** Quadro, giz, papel (pardo, cartolina, outro), pincel atômico, ficha de papel, fita crepe, cartolina recortada em círculos de tamanhos e cores diferentes ou ainda utilizando os próprios recursos locais: o chão, vareta, carvão.

Procedimento:

Preparação

- Organizar o local adequado e o material necessário;
- Propor aos participantes a construção do diagrama e explicar os objetivos e os procedimentos da técnica;
- Garantir a participação dos diversos segmentos representativos da comunidade, órgãos e instituições;

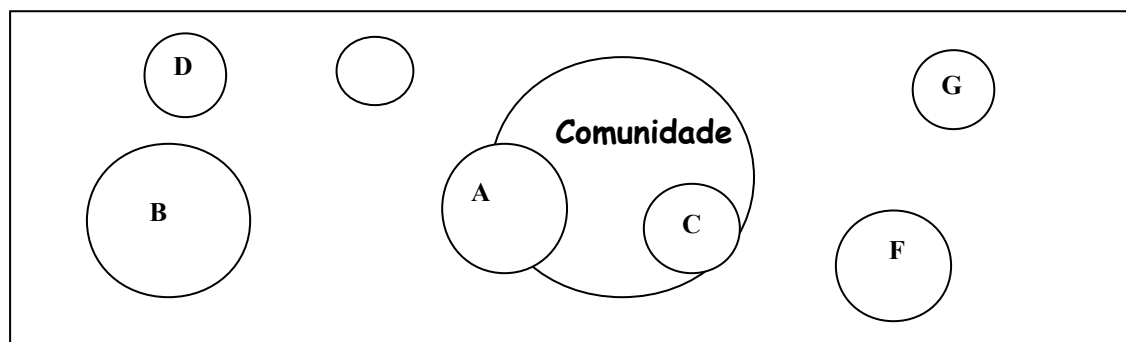
Execução

- Relacionar os órgãos e entidades que têm atuação direta ou indireta na comunidade;
- Discutir com o grupo o papel de cada instituição e sua forma de atuação na comunidade e município;
- Solicitar aos participantes que escrevam o nome de cada instituição nos círculos, de

papel ou desenhados no chão, utilizando círculos de tamanhos variados para cada instituição. Quanto maior a importância dada para a instituição, maior o círculo, quanto menor a importância, menor o círculo;

- Colocar no centro do painel o círculo de maior tamanho que representa a comunidade;
- Solicitar aos participantes que coloquem os círculos com o nome das entidades posicionando-os mais ou menos próximos da comunidade;
- A distância dos círculos, órgãos e das entidades com relação ao círculo da comunidade representa o grau de relacionamento (proximidade ou distância) e de atuação que as mesmas têm, naquele momento, na comunidade;
- A partir da representação gráfica, discutir a situação identificada, buscando compreender melhor o inter-relacionamento dos órgãos e entidades com a comunidade, suas formas de atuação, pontos fortes e fracos, enquanto parceiras na execução dos projetos de interesse da comunidade;
- A disposição inicial dos órgãos e entidades no diagrama pode mudar com a discussão, a partir da percepção dos participantes e do consenso do grupo.

Diagrama de Venn



Na ilustração, a entidade B é muito importante para a comunidade, mas encontra-se muito distante do ponto de vista de sua atuação. Por outro lado, o órgão A, classificado como muito importante, tem atuação expressiva na comunidade.

Eleição de Prioridade

- **O que é:** Consiste na análise e organização, por ordem de importância, das necessidades, problemas e potencialidades levantadas por grupos, comunidades, municípios, territórios.
- **Objetivo:** Estabelecer prioridades a partir da negociação coletiva e do conhecimento das diferentes percepções das pessoas em relação aos problemas e necessidades.
- **Aplicação:** É uma técnica auxiliar no processo de realização do diagnóstico participativo.
- **Tempo estimado:** Entre 1 e 2 horas
- **Material necessário:** Quadro, painel, papel, pincel atômico, fita crepe, cartões em formatos diferentes ou materiais locais como folhas, sementes, entre outros.

Procedimentos:

Preparação

- Providenciar local adequado e materiais necessários.

Execução

- Listar os problemas ou potencialidades em fichas e afixá-las no painel (quadro, parede ou matriz no chão);
- Realizar votação usando símbolos (figuras geométricas, pedras, sementes, folhas, galhos);
- Construir com o grupo os critérios a serem adotados;

Ex.:

Pedra = mais importante – vale 10 pontos

Galho= importância mediana – vale 6 pontos

Folha = menos importante – vale 3 pontos

- Proceder à votação de todos os itens, colocando o símbolo correspondente por ordem de importância;
- Tabular os dados obtidos e registrar os resultados finais; Analisar os resultados com o grupo.

Hierarquização por frequência

■ **O que é:** É uma matriz construída para a análise comparativa entre os principais problemas ou potencialidades identificados em uma localidade, os quais são confrontados entre si, aos pares e hierarquizados de acordo com a frequência de repetição.

■ **Objetivo:** Classificar os problemas ou potencialidades segundo uma ordem de relevância estabelecida pelos participantes e a partir do critério de frequência em que são apresentados.

■ **Aplicação:** Essa técnica é utilizada para hierarquizar problemas e potencialidades no processo de construção do diagnóstico participativo.

■ **Tempo estimado:** Aproximadamente 1 hora.

■ **Material necessário:** Quadro ou painel, giz, cartaz com desenho da “matriz de hierarquização”, papel, pincel atômico, fichas de papel, fita crepe. Na ausência desses materiais, a matriz pode ser desenhada no chão.

Procedimento:

Preparação

- Organizar o local adequado e o material necessário;
- Relacionar todos os problemas e potencialidades identificados.

Execução

- Discutir com os participantes o objetivo e os procedimentos da hierarquização;
- Desenhar a matriz, colocando em pares, na horizontal e na vertical, as fichas com os problemas ou potencialidades;
- Iniciar o processo de escolha confrontando os pares de problemas ou potencialidades, marcando a opção do grupo (por votação ou consenso), em cada uma das células que se cruzam, conforme modelo e exemplo abaixo;
- Ao final do processo, somar a quantidade de votos que cada problema ou potencialidade recebeu;

- Verificar a frequência de cada problema ou potencialidade e fazer a classificação em ordem decrescente, conforme a pontuação recebida;
- O resultado da hierarquização deve ser discutido com os participantes e aprofundado o debate visando à problematização e definição das alternativas de ação.

Ex: Matriz de Hierarquização por Pares

PROBLEMAS	Estradas Precárias	Dificuldade de Comercialização do leite	Água Insuficiente para consumo	Degradação do meio Ambiente	Associação desativada
PROBLEMAS					
Estradas Precárias		Dificuldade de Comercialização do leite	Água Insuficiente para consumo	Degradação do meio Ambiente	Associação desativada
Dificuldade de Comercialização do leite			Água Insuficiente para consumo	Degradação do meio Ambiente	Dificuldade de Comercialização do leite
Água Insuficiente para consumo				Água Insuficiente para consumo	Água Insuficiente para consumo
Degradação do meio Ambiente					Degradação do meio Ambiente
Associação desativada					

Problemas	Frequência	Classificação
Estradas Precárias	0	5°
Dificuldade de Comercialização do leite	2	3°
Água Insuficiente para consumo	4	1°
Degradação do meio Ambiente	3	2°
Associação desativada	1	4°

Entrevista Estruturada

■ **O que é:** É uma técnica caracterizada como pesquisa social que utiliza como recurso principal um questionário previamente elaborado e impresso para registrar informações de uma entrevista dirigida.

■ **Objetivo:** Obtenção de dados primários e secundários sobre determinados aspectos da realidade de uma comunidade, município, território visando complementar informações de outras fontes.

■ **Aplicação:** Essa técnica permite a utilização de dados quantitativos sobre situações, fatos, problemas e potencialidades, os quais subsidiam a construção do diagnóstico.

■ **Tempo estimado:** Variável, em torno de 1 hora cada entrevista, de acordo com o tema a ser pesquisado o ritmo do entrevistado.

■ **Material necessário:** Questionário com perguntas pré-elaboradas sobre os temas que se desejam conhecer.

Procedimento:

Preparação

- Elaborar o questionário que deve seguir alguns critérios com relação à forma e conteúdo:
 - Ser resumido e simples para facilitar as entrevistas e a sistematização dos dados;
 - Garantir a qualidade e a quantidade das informações;
 - Deve conter questões relativas à composição das famílias, ocupação da força de trabalho e emigração, acesso à terra, estrutura de produção, comercialização e renda, meio ambiente, assim como o sistema organizacional entre outros temas;
 - Deve conter perguntas objetivas e que não sejam tendenciosas ou indutivas.
- Aplicar o questionário, na forma de pré-teste, entrevistando algumas famílias da comunidade para validar ou fazer os ajustes necessários, bem como praticar a técnica da entrevista;
- Reformular o questionário, com os ajustes que se fizerem necessários;
- Selecionar a área de abrangência e o universo a ser pesquisado, que podem ser todas as famílias ou uma amostragem, dependendo do tamanho da comunidade;
- Organizar uma comissão de pesquisa para cada localidade a ser pesquisada, composta por adultos e jovens que saibam ler e escrever, divididos em duplas, sendo recomendado selecionar pessoas indicadas pela comunidade;
- Capacitar os entrevistadores para realizar o pré-teste e as entrevistas;
- Reproduzir os questionários em quantidade necessária.

Execução

- Os entrevistadores devem apresentar-se, expor os objetivos da entrevista;
- A dupla de entrevistadores deve manter com os entrevistados uma relação de diálogo e de confiança;
- Evitar entrevistas demoradas e cansativas;
- Fazer as perguntas de forma ordenada, das mais simples às mais complexas;
- Esgotar cada questão antes de seguir adiante;
- Depois de concluída a série de entrevistas, sistematizar as respostas obtidas;
- Envolver a comunidade na análise das informações obtidas na perspectiva de ampliar o conhecimento da realidade local e construir estratégias de intervenção sobre ela.

Entrevista Semi - Estruturada

■ **O que é:** É uma entrevista informal feita a partir de um roteiro de questões previamente elaboradas com os tópicos e informações que se desejam levantar. Ao longo da entrevista, podem ser abordadas outras questões consideradas também relevantes, que não foram previamente definidas.

■ **Objetivo:** Levantar informações gerais ou específicas referentes às famílias dos agricultores e agricultoras familiares, comunidades, município, território, tendo em vista a construção do diagnóstico participativo.

■ **Aplicação:** Usada para levantamento de informações gerais ou específicas e para comparar e complementar informações secundárias, obtidas de outras fontes.

Este tipo de entrevista pode ser realizada de duas formas:

Entrevista Individual:

Obtenção de informações gerais: É realizada com algumas pessoas selecionadas de forma a buscar a diversidade de percepções sobre os assuntos pesquisados.

Obtenção de informações específicas: É realizada com pessoas que têm conhecimentos específicos sobre a comunidade, município e território, como por exemplo: professores, agentes de saúde, comerciantes, líderes, entre outros.

Entrevistas em Grupo:

É realizada na construção de conhecimentos sobre aspectos globais da comunidade, município, território para levantar diferentes opiniões, pontos de vistas alternativos, permitindo o cruzamento de informações obtidas entre os participantes do grupo.

■ **Tempo estimado:** Entrevistas individuais – em média 45 minutos. Entrevistas em grupo – entre 1 e 2 horas. Evitar entrevistas longas e cansativas, pois a técnica não tem a pretensão de esgotar o tema em apenas uma entrevista.

■ **Material necessário:**

Caderno para anotação e roteiro previamente elaborado.

Procedimentos:

Preparação

- Construção do roteiro da entrevista. Deve conter no máximo 10 temas ou questões, destacando em cada um, de forma clara e resumida, os pontos fundamentais que se quer esclarecer. Esses temas não são perguntas, para não configurar a mecânica de uma entrevista formal;

- Exemplo de questões: dados referentes à realidade, como ocupação da força de trabalho, fluxo migratório, acesso à terra, estrutura da produção, comercialização e renda, meio ambiente, organização dos agricultores, e outros;

- O roteiro deve ser flexível, podendo ser revisado e adaptado constantemente conforme os resultados das entrevistas;

- Definição das pessoas ou grupos a serem entrevistados;

- A seleção dos entrevistados deve assegurar a representatividade do universo pesquisado. Não selecionar apenas pessoas que exercem papéis de liderança. Considerar a participação de homens, mulheres, jovens, idosos. Levar em conta pessoas de diferentes grupos de interesse.

Execução

- Ao iniciar a entrevista, explicar com clareza o objetivo e os critérios de seleção dos entrevistados;
- Criar um clima de confiança e de informalidade, minimizando distâncias entre entrevistador e entrevistado;
- Valorizar as pessoas e, principalmente, o que elas dizem, e evitar, manifestações de insatisfação, impaciência, aborrecimento ou desprezo por certas respostas;
- Ter habilidade para interromper o entrevistado quando necessário à mudança do assunto em discussão;
- Evitar interromper a fala das pessoas e mudar bruscamente de assunto;
- Usar o roteiro de forma flexível, mas sem perder o foco da entrevista;
- Usar perguntas abertas e claras, utilizando preferencialmente: o quê? por quê? como? quando? quem? onde?
- Evitar perguntas indutivas, pouco compreensíveis ou constrangedoras;
- Aprofundar os comentários das pessoas com perguntas como: O que quer dizer com isso?...
- Em entrevistas em grupo, incentivar a participação do maior número de pessoas, evitando que algumas delas monopolizem a entrevista;
- As anotações devem ser feitas durante ou imediatamente após a entrevista; Havendo mais de um entrevistador, um deles deve fazer as anotações;
- Pode ser negociada previamente com os entrevistados a utilização de recursos audiovisuais, como por exemplo o uso de gravadores e câmaras de filmagem;
- A sistematização das informações obtidas deve ser feita ao final de cada entrevista e a análise dos resultados deve ser elaborada com o grupo, ao final do processo;

As informações obtidas na entrevista devem ser comparadas com outras fontes secundárias ou com resultados de outras técnicas utilizadas para o mesmo fim.

Excursão

■ **O que é:** Consiste em uma visita planejada de um grupo de pessoas a um determinado local – comunidade, município, região, estado – com a finalidade de conhecer outros grupos com experiências bem-sucedidas, em diferentes fases de implementação.

■ **Objetivo:** Promover o intercâmbio de experiências, conhecimentos e informações entre os grupos de agricultores e agricultoras familiares, gestores e atores sociais que tenham afinidade com o tema.

■ **Aplicação:** Essa técnica é utilizada para subsidiar Grupos de Interesse e Grupos Gestores, com informações e conhecimentos necessários à negociação, implementação e gestão de programas e projetos, tendo como referência uma experiência vivenciada por outro grupo, em condições assemelhadas.

■ **Tempo estimado:** Variável, de acordo com as distâncias e tipo de experiência a ser visitada.

■ **Material necessário:** Papel, pincel atômico, suporte para álbum seriado.

Procedimentos:

Preparação

- Identificar experiências convergentes com a necessidade do grupo;
- Realizar um primeiro contato com o grupo a ser visitado, para certificar-se do andamento da experiência e a oportunidade de realização da visita;
- Apresentar ao grupo interessado em realizar a excursão as experiências identificadas, as condições atuais de visita;
- Avaliar e definir com o grupo a experiência a ser conhecida;
- Negociar com o grupo anfitrião a data da visita e as providências necessárias;
- Discutir com os participantes da excursão o objetivo e os procedimentos necessários para a sua realização;
- Negociar com o grupo dia, horários (saída e retorno), despesas necessárias (alimentação, deslocamento, hospedagem), alternativas de deslocamento, etc;
- Elaborar a programação da excursão com o grupo, ressaltando os pontos mais importantes e que merecem ser priorizados durante a visita;
- Estimular a participação de pessoas que constituam um grupo representativo da comunidade, do grupo de interesse ou do CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;

Execução

- Durante a excursão, os participantes devem assumir o compromisso de realizar uma observação bastante detalhada sobre o tema da visita e, posteriormente, socializar essas informações com os demais componentes do grupo e da comunidade que não participaram da excursão;
- Estimular o grupo a adotar uma postura receptiva para “conhecer” a experiência, explorando todos os seus detalhes: ver, ouvir, perguntar e conhecer o que o grupo anfitrião deseja mostrar ou explicar;
- Fazer registros escritos das observações feitas durante a visita;
- Após a visita analisar com os participantes, os resultados obtidos com a excursão em função dos objetivos definidos anteriormente.

Linha do Tempo

■ **O que é:** Consiste num recorte histórico a partir do qual as pessoas recordam o passado e refletem sobre fatos, acontecimentos, valores e atitudes por elas consideradas importantes e que têm relação com a realidade atual da comunidade.

As pessoas procuram fazer uma nova leitura dos acontecimentos passados, atribuindo-lhes um novo significado.

■ **Objetivo:** Refletir sobre a história para compreender as influências do passado sobre o presente, possibilitando às pessoas tomarem decisões sobre o futuro de forma consciente e responsável.

■ **Aplicação:** Essa técnica é utilizada na realização do diagnóstico participativo e também em situações que demandem a compreensão do grupo sobre questões atuais, mas cujas determinações encontram-se no passado (recente ou distante).

■ **Tempo estimado:** Entre 1 e 2 horas.

■ **Material necessário:** Quadro, papel (pardo, cartolina, outro), pincel atômico, ficha de papel, fita crepe ou ainda utilizar os próprios recursos locais: o chão, vareta, carvão, giz.

Procedimento:**Preparação**

- Providenciar local e o material necessário;
- Buscar a representatividade da comunidade ou grupo, garantindo a participação de homens, mulheres, jovens, idosos, representantes de grupos, como remanescentes de quilombos, indígenas, pescadores, assentados, etc.;
- Construção da linha do tempo a partir de um corte temporal na História.
- Registrar a evolução desse processo, traçando uma linha horizontal com divisões que representem vários períodos seqüenciais e crescentes, a partir de uma data de referência definida pelos participantes.

Mapeamento Participativo

■ **O que é:** Consiste na representação gráfica de um território, município, comunidade ou sub-bacia, retratando a realidade por meio de desenhos e símbolos, demonstrando as formas de ocupação humana, uso dos recursos naturais, serviços de infra-estrutura, relações sociais, atividades econômicas, e outros.

■ **Objetivo:** Promover a socialização de conhecimentos e informações sobre a realidade local, assim como a construção coletiva de processos de intervenção sobre esta realidade, valorizando as dimensões do desenvolvimento sustentável.

■ **Aplicação:** Essa técnica é utilizada para retratar a percepção que as pessoas têm da sua realidade no passado e no presente, e realizar projeções sobre o futuro desejado. À medida que as pessoas vão desenhando o mapa, se estabelece um processo de discussão no qual vão surgindo novas idéias, percepções que só a construção coletiva pode proporcionar.

■ **Tempo estimado:** Entre 1 e 2 horas

■ **Material necessário:** Quadro, giz, papel, pincel atômico, fita crepe, cola, fichas de papel (diferentes cores e formatos). São utilizados, também, recursos locais como: sementes, pedras, folhas, frutos, carvão,

Procedimentos:**Preparação**

- Organizar local adequado e materiais necessários.

Execução

- Discutir com os participantes o objetivo e os procedimentos para a execução da técnica, encorajando as pessoas a produzirem mapas da forma e com o material que desejarem;
- Orientar quanto à disposição dos participantes no local de construção dos mapas, de modo que todos possam ter boa visão e fácil acesso ao mapa que estão construindo;
- Estimular a criatividade, a experiência e as habilidades do grupo na utilização dos materiais colocados à disposição;
- Os participantes deverão se organizar para elaborar três mapas: do passado, do presente e do futuro desejado. Para isso deverão ser consideradas as identidades dos participantes com cada momento histórico, na composição dos grupos;
- Refletir com o grupo:
 - Como era a comunidade, o município, há 50, 20, 10, anos atrás?
 - Quais são as principais características do modelo de desenvolvimento que vem sendo

praticado na comunidade, no município ou no território?

- Como as pessoas pensam o futuro da comunidade, município, território, daqui a 5, 10, 20 anos?

● Cada grupo desenha sua comunidade ou seu município com o máximo de detalhes possíveis. Ao desenhar o mapa, os participantes devem ir trocando idéias e registrando em fichas todas as questões levantadas, tais como problemas, potencialidades, projetos em andamento, assim como os projetos possíveis para o futuro desejado.

Ex.:

● Cada grupo apresenta em plenária o mapa elaborado e acata sugestões complementares dos demais participantes;

● Os participantes discutem, a partir das diferentes percepções dos grupos, os aspectos referentes aos campos do processo de desenvolvimento sustentável: social, econômico, ambiental, cultural e político.

● A partir dos mapas, o grupo deve refletir sobre:

- O projeto de vida da comunidade;

- As condições de acesso aos serviços básicos de saúde, educação, saneamento, transporte, lazer, etc;

- As condições de acesso e posse da terra;

- A participação e relação das mulheres, jovens, idosos no processo de desenvolvimento da comunidade, do município, do território;

- A situação dos aposentados e pensionistas na comunidade ou município;

- As principais atividades agrícolas e não agrícolas, quem as realiza, as condições de produção e comercialização;

- As políticas públicas existentes na comunidade ou município;

- A organização social da comunidade: grupos, associações, conselhos, sindicato, outros;

- Órgãos e entidades que atuam na comunidade ou município;

- A situação ambiental: poluição, utilização indiscriminada e incorreta de agrotóxicos, situação dos rios, qualidade da água consumida e de estiadadas, a questão das queimadas, tipos de vegetação e matas existentes, conservação do solo, destino do lixo e outros;

- As relações rural-urbanas.

Oficinas

■ **O que é:** Constitui uma reunião de trabalho envolvendo grupos de pessoas que se dispõem a tratar de questões de interesse comum. Os participantes discutem problemas e potencialidades, trocam experiências vividas e propõem alternativas de soluções condizentes com a realidade e encaminhamentos necessários.

■ **Objetivo:** Promover o aprofundamento de conceitos básicos e questões que constituem a referência para ações, programas e projetos em desenvolvimento ou que se encontram em fase de planejamento. Tem como propósito inicial chegar a um consenso de opiniões e dar encaminhamento às ações necessárias, definidas pelo grupo.

■ **Aplicação:** Essa técnica pode ser utilizada para a discussão e hierarquização dos problemas/potencialidades diagnosticados pelo grupo e identificação de possíveis soluções para os problemas; encaminhamentos para ações de curto e médio prazo; apresentação e análise de experiências de campo; utilização dos resultados como subsídio à elaboração de projetos e programas;

■ **Tempo necessário:** As oficinas são normalmente realizadas entre 1 a 3 dias.

- **Material necessário:** Suporte para álbum seriado, ou quadro, fichas, pincéis.

Procedimentos:

Preparação

- Definir com a comunidade, e com a devida antecedência, os objetivos, a agenda, os temas, o período, a apresentação de experiências, se for o caso.
- Definir com o grupo o horário e o local da oficina, pernoites, refeições, levando-se em conta a disponibilidade dos participantes;
- Garantir a representatividade de gênero, geração e níveis diferenciados de experiência entre os participantes da oficina;
- Definir materiais e recursos didáticos necessários de acordo com a infra-estrutura e o espaço físico do local.

Execução

- Esclarecer aos participantes o objetivo da oficina, explicando a metodologia a ser adotada durante a sua realização;
- Definir com o grupo os resultados esperados e o acordo de convivência;
- Eleger uma equipe de colaboradores para cada dia: coordenador, relatores;
- Utilizar técnicas ou recursos didáticos que facilitem aos participantes realizar a problematização e elaborar conclusões sobre os temas tratados;
- Enriquecer o diálogo e a problematização, com a associação de idéias, buscando sempre a relação dos problemas entre si;
- Buscar o entendimento dos participantes sobre as causas e conseqüências dos problemas, evidenciando os porquês e buscando a raiz dos problemas;
- Envolver todo o grupo no debate, estimulando a manifestação de opiniões e confrontando as idéias de um e de outro. O confronto de idéias é realizado para estimular a reflexão coletiva, mostrando que os problemas identificados são comuns à maioria dos participantes e se encontram nos diversos campos: econômico, social, político, cultural e ambiental;
- Estabelecer no grupo um ambiente de descontração para que as pessoas sintam-se à vontade para se manifestarem;
- Formular questões/perguntas abertas que estimulem a reflexão e evitar perguntas indutivas;
- Finalizar a Oficina com a elaboração de uma agenda de compromissos firmados pelos participantes e uma avaliação sobre o evento, confrontando os objetivos inicialmente definidos e os resultados alcançados.

Painel de Visualização

- **O que é:** Consiste na construção de um painel, estruturado a partir de fichas de cores e tamanhos variados, que permite a visualização dos temas tratados.

- **Objetivo:** Facilitar a participação das pessoas na formulação de suas idéias, propiciando um trabalho participativo, criativo e que permite rapidez no processo de sistematização dos resultados.

- **Aplicação:** É utilizada em processos participativos de planejamento e gestão, capacitação e formação.

- **Tempo estimado:** Entre 1 e 2 horas

- **Material necessário:** Suporte de papelão, isopor ou a própria parede para servir como

painel, fichas de papel ou cartolina de diversos tamanhos, cores e formatos, papel pardo ou cartolina, pincel atômico, fita crepe, alfinetes, cola.

Procedimentos:

Preparação

- Escolha de local adequado que permita a disposição dos participantes em formato de “U”, para facilitar a discussão;
- Providenciar os materiais e equipamentos necessários.

Execução

- Discutir os objetivos e os procedimentos da técnica;
- Iniciar a discussão do tema com perguntas-chaves;
- Registrar as idéias dos participantes em fichas:
 - Escrever cada idéia em uma ficha, de forma clara, concisa e direta, evitando termos genéricos;
 - Cada participante pode escrever tantas fichas quantas idéias queira expressar sobre o assunto.
 - Escrever com letra de fôrma ou representar as idéias em forma de desenho.
 - Colocar as fichas no painel.
 - Agrupar as fichas por idéias afins, de comum acordo com os participantes, podendo, inclusive, substituir ou produzir uma nova ficha que expresse melhor a idéia do grupo.
 - A partir do painel construído, iniciar a discussão temática e elaborar a sistematização das idéias consensadas.

De acordo com as especificidades do grupo, são negociadas as ações propostas e os encaminhamentos necessários.

Reunião Problematizadora

■ **O que é:** É uma técnica que permite desenvolver um processo de reflexão a partir de questionamentos, confrontos e associações de idéias.

■ **Objetivo:** Oportunizar a reflexão sobre a realidade social na perspectiva da compreensão dos fenômenos implicados nessa realidade, visando à sua transformação.

■ **Aplicação:** Essa técnica é utilizada como instrumento auxiliar no processo de construção do diagnóstico participativo.

■ **Tempo estimado:** Entre 1 e 2 horas

■ **Material necessário:** Quadro, giz, painel, papel pardo, fichas de cartolina, pincel atômico e outros materiais obtidos na localidade.

Procedimentos:

Preparação

- Definir com a comunidade, com a devida antecedência, os objetivos, a agenda, os temas, a data, o horário e o local da reunião, levando-se em conta a disponibilidade dos participantes;
- Buscar a representatividade dos diversos segmentos da comunidade;
- Definir materiais e recursos didáticos necessários de acordo com a infra-estrutura e o espaço físico do local.

Execução

- Esclarecer aos participantes o objetivo da reunião, bem como a dinâmica da técnica a ser usada;
- Realizar a problematização por meio do diálogo, o qual deve ser estabelecido através da associação de idéias, relacionando os problemas entre si. Qualquer idéia pode ser o ponto de partida para o aprofundamento, desde que se trabalhe a sua inter-relação no contexto em que está inserida;
- Buscar no grupo, por exemplo, o entendimento das inter-relações entre produção, mercado, preço, política agrícola, políticas públicas, dentre outros;
- Investir no questionamento para aprofundar, com os participantes, o entendimento sobre as inter-relações causais dos problemas. Durante esse processo de conhecimento da realidade, os participantes começam a descobrir as causas e conseqüências de cada problema e possíveis alternativas de soluções;
- Exercitar a análise crítica dos fenômenos e dos acontecimentos com o propósito de encontrar as saídas para a superação dos problemas e o aproveitamento das potencialidades;
- Buscar a participação de todos confrontando as idéias de um e de outro. A idéia do confronto é ajudar na reflexão coletiva, mostrando que os problemas se relacionam entre si, nos diversos campos.
- Recomendações gerais:
 - Envolver o maior número possível de pessoas no debate, assegurando a participação das mulheres, jovens, idosos;
 - Evitar a monopolização do debate por poucas pessoas, investindo sempre na opinião dos mais retraídos;
 - Em caso de opiniões conflitantes, registrar e propor ao grupo uma investigação mais detalhada sobre o tema em questão. Não havendo consenso, a questão em debate deverá ser retomada em outra oportunidade;
 - Assegurar que um dos participantes atue como relator, registrando o debate e dos encaminhamentos propostos;
 - Eleger os relatores no grupo;
 - Estimular uma postura investigativa entre os participantes;
 - Evitar perguntas indutivas e privilegiar as perguntas abertas;
 - Manter postura não destacada, mas observadora;
 - O moderador deve falar o essencial e necessário. Escutar mais. Sua fala deve ser a de provocar o questionamento, o confronto e a associação de idéias;
 - Utilizar técnicas e dinâmicas de grupo que facilitem o processo de discussão e sistematização.
- Ao final da reunião duas atividades básicas devem ser desenvolvidas:
 - a) Deve-se proceder a uma avaliação. Isso pode ser feito confrontando os objetivos definidos no início da reunião com os resultados obtidos. A avaliação será registrada pelo relator. O grupo pode avaliar também os pontos fracos e fortes da reunião;
 - b) O grupo deve construir a agenda de compromissos e definir os temas a serem tratados no próximo encontro.

Semana Especial

■ **O que é:** É um período de atividades coletivas ligadas a um tema chave, onde são utilizados um conjunto de técnicas – reunião, painel de visualização, mapeamento participativo, excursão, demonstração técnica, entre outras –; visa a abordar, de modo participativo, questões sociais, econômicas, ambientais, de interesse de uma comunidade.

■ **Objetivos:** Estimular a comunidade, município ou território a refletir sobre temas que afetam significativamente a vida das pessoas, promovendo debates e apresentação de propostas.

■ **Aplicação:** Esse evento é realizado quando se deseja dar destaque especial a um tema específico e envolver um número maior de pessoas no debate, tomada de consciência e formulação de proposições.

■ **Tempo estimado:** Entre 2 a 5 dias, dependendo do número de atividades definidas pelos participantes.

■ **Material necessário:** Quadro, giz, pincel atômico, vídeo e fita de vídeo, cartilha e outros materiais disponíveis no local.

Procedimento

Preparação

- Decidir com os participantes, sobre o(s) tema(s) à época de realização, os conteúdos a serem priorizados, o(s) local (ais) do evento e a divulgação junto ao público.
- Eleger uma comissão organizadora das atividades, composta por agricultores e agricultoras familiares, extensionistas e colaboradores, a qual deverá elaborar um plano de ação visando organizar melhor o trabalho e definir os papéis de seus membros. A sugestão de matriz de planejamento aqui apresentada pode ser utilizada para esse fim, devendo compor de maneira ordenada (cronológica), clara e objetiva, as atividades a serem desenvolvidas, observando-se as ações preparatórias, de execução e acertos finais. O plano deve conter as responsabilidades dos envolvidos e prazos, definidos em reunião, junto com o grupo participante.

- Matriz de planejamento sugerida:

Execução

- Assegurar na realização do evento a participação diversificada de público – agricultores e agricultoras familiares, jovens, idosos, crianças, professores, políticos, técnicos de outras instituições e outros atores sociais, dependendo do tema;
- Avaliar, com os participantes, os impactos produzidos pela semana especial e as propostas apresentadas.

Tempestade de Idéias

■ **O que é:** É uma técnica utilizada em reuniões com grupos, para se obter informações de forma rápida, acerca de um tema em questão.

■ **Objetivo:** Incentivar a livre manifestação de idéias e a criatividade do grupo, facilitando o processo de reflexão e discussão sobre um tema específico.

■ **Aplicação:** A técnica pode ser utilizada como ponto de partida de um debate e orientada por uma pergunta-chave.

■ **Tempo estimado:** Em média trinta minutos. Geralmente é aplicado na fase inicial do processo de discussão.

■ **Material necessário:** Quadro, giz, folha de papel, caneta e pincel atômico. Na ausência

desse material, a técnica poderá ser usada oralmente.

Procedimentos:

Preparação

- Escolher local adequado que permita a disposição dos participantes em formato de “U” e favoreça a interação das pessoas no grupo;
- Providenciar os materiais e equipamentos necessários.

Execução

- Estabelecer um “clima favorável” que motive a participação de todos na discussão;
- Formular uma pergunta-chave sobre o tema de interesse que desperte a curiosidade dos participantes, estabelecendo, assim, um ponto de partida comum para reflexão;
- Escrever a pergunta-chave numa ficha maior e afixá-la no topo do quadro ou painel, para que seja facilmente visualizada pelo grupo;
- Incentivar o grupo a refletir sobre a pergunta;
- Solicitar aos participantes que apresentem suas idéias, através de palavras-chaves ou frases curtas registradas em fichas;
- Registrar apenas uma idéia por ficha.

Unidade de Experimentação – UE

■ **O que é:** É uma técnica que permite aos agricultores e agricultoras familiares construir ou reconstruir conhecimentos que fundamentam uma tecnologia ou uma prática agropecuária ou social.

■ **Objetivo:** Conhecer outras técnicas, para que possam avaliar seus resultados econômicos, sociais e ambientais, refletindo sobre as vantagens de seus resultados quando comparados com as tecnologias utilizadas anteriormente.

■ **Aplicação:** Essa técnica é utilizada para a experimentação de práticas convergentes com os interesses e necessidades dos participantes e ajustadas aos propósitos do planejamento do grupo ou comunidade.

■ **Tempo estimado:** Variável de acordo com as características da atividade.

■ **Material necessário:** Não há material definido para uma Unidade de Experimentação. Vai depender da prática a ser desenvolvida e da atividade. Pode ser uma prática agropecuária, de bem-estar social, ambiental dentre outras.

Procedimentos:

Preparação

- A montagem de uma Unidade de Experimentação (construção técnica) parte da necessidade dos participantes. O extensionista deve negociar com o grupo a experimentação de tecnologias e práticas, considerando também a conservação e preservação do meio ambiente, o aumento da renda e/ou redução dos gastos e melhoria das condições de saúde e de bem-estar dos envolvidos;
- A Unidade de Experimentação deve ser instalada na propriedade de um dos agricultores ou agricultoras do grupo de participantes interessado na atividade ou em espaços comunitários;
- O grupo deve, *a priori*, e juntamente com o extensionista definir todas as fases e objetivos da UE, bem como as responsabilidades de todos os envolvidos (grupo

e colaborador);

- Recomenda-se que a UE esteja implantada em local de boa visibilidade tanto para o grupo de interesse como para as famílias da comunidade;
- As tecnologias e práticas a serem utilizadas devem considerar as potencialidades locais, o ecossistema, a capacidade econômica, os valores socioculturais, a tradição dos participantes, etc. Deve ser uma prática cujos insumos e serviços necessários a sua instalação e condução devem ser acessíveis e compatíveis com a realidade dos agricultores e agricultoras familiares.

Execução

- Considerar que, ao aplicar a técnica, são exercitadas as três áreas do processo de aprendizagem: cognitiva (formulação de conceitos e tomada de consciência), afetiva (predisposição a partir dos interesses) e psicomotora (desenvolvimento de habilidades);
- Durante todos os momentos dessa atividade, a postura do extensionista deve ser a de estimular a troca de saberes, na qual as tecnologias ou práticas utilizadas funcionem como um ensaio, no qual está se testando o que é o novo para os produtores que buscam a construção do novo saber;
- Elaborar junto aos participantes a contabilidade das atividades para que se possam analisar gastos e comprovar ganhos e outras vantagens das práticas experimentadas;
- A condução da Unidade é dos participantes, sendo o extensionista o facilitador do processo de socialização de informações e conhecimentos, análise dos resultados e das oportunidades de sua aplicação;
- A divisão de responsabilidades entre os participantes deve ser garantida, a fim de que se estabeleça no grupo a co-gestão. A apropriação do conhecimento se dá em todo o processo da experimentação e facilita a decisão de cada um de adotar, de forma total ou parcial, a tecnologia apropriada, conforme suas próprias condições;
- As diversas ações a serem desenvolvidas durante o ciclo da Unidade de Experimentação deverão orientar-se por um plano de ação, construído com o grupo, de acordo com as especificidades do assunto e passível de reprogramação conforme necessidades que porventura venham a surgir no decorrer da sua implantação.

Plano de Ação

- Plano de Ação é um instrumento auxiliar na programação das atividades relativas à UE, criado e utilizado coletivamente (agricultores e extensionistas). Sua aplicabilidade no processo participativo se faz inicialmente pelo exercício reflexivo do grupo, no sentido de proceder à “elaboração teórica”, antecedente à ação a ser desenvolvida, e, também, como orientador no estabelecimento de objetivos, metas e divisão de responsabilidades. Constitui-se, finalmente, num instrumento de avaliação processual e final do objeto da ação. Permite reformulações de objetivos e estratégias no decorrer da sua implementação, tornando-se uma referência teórico-prática para ações futuras.

Apresenta-se, como sugestão, uma disposição das ações em forma de matriz operacional:

O quê	Onde	Quando	Como	Com quem	Observações

Avaliação: Ao final do ciclo da Unidade de Experimentação, deve-se proceder, em conjunto com o grupo, a uma avaliação dos resultados tanto do ponto de vista técnico

como do ponto de vista da organização, condução e participação do evento e de seus reflexos para o desenvolvimento sustentável da(s) atividade(s) trabalhadas pelas famílias.

Bibliografia Consultada

BARROS, Edgard de Vasconcelos. **Princípios de Ciências Sociais para a extensão rural**. Viçosa: UFV, 1994. 715 p.

BRANDÃO, Isabel Maria de Moraes, CAMPOS, Regina, CERQUEIRA, Regina Coeli. **Organização dos Pequenos Produtores**: diretrizes de trabalho na EMATER-MG. Documento 01- Ação extensionista junto às Organizações de Pequenos Produtores. Belo Horizonte: EMATER-MG, 1996. 48 p.

BRANDÃO, Isabel Maria de Moraes, CAMPOS, Regina, CERQUEIRA, Regina Coeli. **Organização dos Pequenos Produtores**: diretrizes de trabalho na EMATER-MG. Documento 02-Diagnóstico comunitário. Belo Horizonte: EMATER-MG, 1996. 20 p.

BRANDÃO, Isabel Maria de Moraes, CAMPOS, Regina, CERQUEIRA, Regina Coeli. **Organização dos Pequenos Produtores**: diretrizes de trabalho na EMATER-MG. Documento 03 - Projeto comunitário. 2 ed. Belo Horizonte: EMATER-MG, 1999. 12 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Política nacional de ATER**. Brasília: 2004. 26 p.

BROSE, Markus. **Metodologia participativa**: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. 312 p.

CALDART, Roseli Saete e Kolling, Edgar Jorge (orgs). **Paulo Freire**: um educador do povo. Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. 2 ed. Gráfica e Editora Peres. São Paulo, 2001. (5-11)

COLL, César. et al. **O construtivismo em sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1997. 224 p.

DEMO, Pedro. **Política social do conhecimento**: sobre futuros do combate à pobreza. Petrópolis: Vozes, 2000. 94 p.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. Petrópolis: Vozes, 2002. 272 p.

DEMO, Pedro. **Riscos e desafios de processos participativos**. Brasília: IPLAN/CPR, 1984. 24 p. (Texto)

DEMO, Pedro. **Planejamento participativo**: visão e revisão. Fórum Educacional. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 9 (2): 3-22. Periódico: abril-junho, 1985.

FLAVELL, John Hurley. **A psicologia do desenvolvimento de Jean Piaget**. Tradução: Maria Helena Souza Patto. Rio de Janeiro: Pioneira, 1975. 482 p.

FONSECA, Maria Tereza Sousa de. **A extensão rural no Brasil**: um projeto educativo para o capital. São Paulo: Edições Loyola, 1985. 192 p. (Coleção Educação Popular 3).

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1993. 80 p.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1993. 152 p.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. 96 p.
- FREIRE, Paulo, SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Tradução: Adriana Lopez. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 226 p.
- FURTADO, Ribamar, FURTADO, Eliane. **Uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: IICA, 2002. 177 p.
- GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento humano**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 197 p.
- GELFIUS, Frans. **80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación**. Prochamate. El Salvador: IICA, 1977. 208 p.
- LIMA, Antônio Luiz de. **Da ACAR à EMATER-MG: análise crítica da dinâmica de um sistema de extensão**. Viçosa: UFV, 1985. 89 p. (Tese Ms.)
- MORETTO, Vasco Pedro. **Construtivismo: a produção do conhecimento em aula**. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 2003. 126 p.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo. Cortez, 2002. 118 p.
- PIAGET, Jean. **Seis estudos de Psicologia**. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. 136 p.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Gestão participativa para o desenvolvimento local**. Recife. 2000. (50-62) p.
- RIBEIRO, José Paulo. **A saga da extensão rural em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Annablume, 2000. 270 p.
- SOUZA, Alessandro Vanini Amaral de. et. Alli. **Diagnóstico e planejamento participativos: a construção de planos, programas, projetos e seus indicadores de acompanhamento**.
- TERRA Assessoria, Pesquisa e Desenvolvimento. Lavras/MG, 1998, 41 p.
- UNIJUÍ. Reitoria de Pesquisa e Extensão. Alternativas metodológicas: participação e educação, contexto e educação. **Revista Trimestral de Idéias e Práticas Sociais Transformadoras**. Ijuí, v. 1, n. 2, 113 p., abr./jun. 1986.

Belo Horizonte Março 2006

• **Governo do Estado de Minas Gerais**
Governador Aécio Neves da Cunha

• **Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento SEAPA/MG**
Secretário Deputado Federal Silas Brasileiro

• **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais EMATER-MG**

Presidente José Silva Soares

Diretor Técnico Roberval Juares de Andrade

Diretor Administrativo e Financeiro Vicente José Gamarano

Diretor de Promoção e Articulação Institucional Fernando José Aguiar Mendes

Gerente do Departamento Técnico Feliciano Nogueira de Oliveira

APOIO INSTITUCIONAL

- Secretaria da Agricultura Familiar /DATER/ Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Revisão Lingüística

Maria José Teixeira

Ilustrações:

Nivaldo Marques Martins

Programação Visual:

Sygnó Design Gráfico e Comunicação Ltda

Impressão:

Zêlo Indústria Gráfica Ltda

EMATER-MG

Unidade Central

Av. Raja Gabáglia, 1626 Bairro Luxemburgo

CEP 30350-540 Belo Horizonte – MG

Tel.: (31)3349.8000